

Infracommerce CXaaS S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas para
os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	27
Demonstrações dos resultados individuais e consolidados	28
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados	29
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	30
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	31
Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado	32
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	33



InfraCommerce supera *guidance* de EBITDA Ajustado de 2022

EBITDA Ajustado cresce 4x, atingindo 11,6% de Margem no ano e 16,5% no 4T22

São Paulo, 16 de março de 2023: A InfraCommerce CXaaS S.A., "InfraCommerce" ou "Companhia" (B3:IFCM3), eleita como a melhor empresa dentro da categoria de inovação em soluções e tecnologias no prêmio E-commerce Brasil 2023, anuncia seus resultados para o quarto trimestre de 2022 (4T22). As informações financeiras apresentadas a seguir, exceto onde indicado, estão de acordo com as normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$).

Destaques Financeiros

- Em 2022 atingimos GMV de R\$12,9 bilhões, um crescimento de 82,7% em relação a 2021. Crescemos 110,9% e alcançamos R\$891,3 milhões em receita líquida no mesmo período. Além disso, superamos as projeções de 2022 entregando EBITDA Ajustado de R\$103,1 milhões e margem de 11,6%.
- O crescimento orgânico da Receita foi de 24,5% em 2022, mais de 15x o crescimento do mercado de e-commerce brasileiro no mesmo período
- GMV de R\$3,7 bilhões no 4T22, um crescimento de 53,9% em relação ao 4T21.
- Receita líquida aumentou para R\$261,8 milhões, comparado com R\$165,5 milhões no 4T21, crescimento de 58,2% no período.
- O *Take rate* médio aumentou em 0,2 pontos percentuais no período, saindo de 6,8% no 4T21 para 7,0% no 4T22.
- Forte performance da Infra.pay com TPV aumentando 178%, que totalizou R\$1,159 bilhões no 4T22.
- Recorde de 637 clientes no ecossistema, versus 520 no 4T21 e 628 no 3T22.
- Processamos 31,1 milhões de produtos no 4T22.
- Terminamos o trimestre com 4.521 #Infras².
- Lucro Bruto de R\$118 milhões no 4T22, com margem bruta de 45,1%, em linha com os últimos trimestres, porém com redução em relação a 2021 em função do efeito mix entre B2C e B2B.
- EBITDA Ajustado de R\$43,1 milhões no 4T22, com margem EBITDA Ajustada de 16,5%, um crescimento de 144% e expansão de 5,8 p.p. comparado a uma margem EBITDA Ajustada de 10,7% no mesmo período do ano anterior.
- Em mais um esforço bem-sucedido de **otimização de estrutura de capital**, tomamos as seguintes medidas ao longo do ano:
 - Aprovamos a 2ª emissão de Debêntures Simples no valor de R\$165 milhões, cujo objetivo principal foi a rolagem de parte da 1ª emissão de Debêntures anunciada em 2021;
 - Captamos R\$400 milhões em uma oferta privada junto aos investidores atuais;
 - Aumentamos o prazo médio de nossas dívidas com a renegociação de linhas de crédito, onde uma delas o prazo de pagamento foi estendido de 1 para 4 anos, e em outra de 1,5 para 3 anos;
 - Renegociamos parcelas diferidas relacionadas a M&As realizados entre 2020 e 2021, ampliando os prazos de pagamento;
 - Entregamos posição de caixa de R\$293,1 milhões no final de dez/22 e uma dívida líquida de R\$219,2 milhões, a dívida bancária/EBITDA Ajustado é de 2,12x.



Destaques (R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
GMV	3.729	2.422	53,9%	12.942	7.086	82,7%
TPV	1.159,7	416,8	178,2%	3.623,0	1.007,7	259,5%
Receita líquida	261,8	165,5	58,2%	891,3	422,6	110,9%
Lucro bruto	118,0	82,8	42,5%	378,9	205,0	84,8%
<i>Margem bruta</i>	<i>45,1%</i>	<i>50,0%</i>	<i>-5,0 p.p.</i>	<i>42,5%</i>	<i>48,5%</i>	<i>-6,0 p.p.</i>
EBITDA Ajustado³	43,1	17,7	144,0%	103,1	25,7	300,6%
<i>Margem EBITDA Ajustada³</i>	<i>16,5%</i>	<i>10,7%</i>	<i>+5,8 p.p.</i>	<i>11,6%</i>	<i>6,1%</i>	<i>+5,5 p.p.</i>

¹De acordo com estimativas da NielsenIQ.

²Não inclui temporários e terceiros do Brasil e Latam.

³Ajustado por eventos não-recorrentes. Para mais informações, ver página 9.



Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi focado na integração das empresas adquiridas ao longo de 2021 e na expansão de margem Ebitda e rentabilidade. Os resultados desta estratégia puderam ser observados nos números do 4T22/2022 e devem se intensificar ao longo de 2023.

Finalizamos o ano de 2022 com um resultado expressivo em receita, mesmo com o mercado de e-commerce crescendo apenas 1,6%¹ no ano. A companhia atingiu crescimento de 110,9% em termos de receita no período, sendo 24,5% orgânico. O crescimento do GMV foi de 82,7%, em comparação ao ano anterior, e o EBITDA Ajustado cresceu 301% no ano, com uma expansão na margem de 6,1% para 11,6%

Uma das principais razões para o crescimento da Infracommerce é a sua atuação no segmento de *direct-to-consumer* (D2C), que é uma tendência global, por meio da qual a indústria tem buscado maior eficiência no seu *go to market*, acessando diretamente seus clientes. Essa tendência, aliada a capacidade de execução da Infracommerce em entregar um alto nível de serviço às operações de D2C de seus clientes, permite um crescimento desproporcional ao do mercado de e-commerce como um todo.

Além disso, entregamos mais do que o esperado em rentabilidade. O EBITDA Ajustado em 2022 da Companhia atingiu R\$103,1 milhões no período, superior ao *guidance* divulgado ao mercado.

Mesmo com um cenário macroeconômico desafiador, conseguimos estender nossas linhas bancárias, captando a taxas competitivas, suportando o plano de crescimento e a lucratividade da Companhia. Aumentamos o prazo médio de nossas dívidas com a renegociação de linhas de crédito, onde em uma delas o prazo de pagamento foi estendido de 1 para 4 anos, e em outra de 1,5 para 3 anos. Aprovamos também a 2ª emissão de Debêntures Simples no valor de R\$165 milhões, cujo objetivo principal foi a rolagem de parte da 1ª emissão de Debêntures anunciada em 2021. Ainda, renegociamos parcelas diferidas relacionadas a M&As realizados entre 2020 e 2021, finalizando 2022 com posição de caixa de R\$293,1 milhões e dívida bancária/EBITDA Ajustado de 2,12x.

Neste ano e para os próximos ciclos, aceleramos as iniciativas para atingir geração de fluxo de caixa livre e lucro líquido positivos, com nosso caminho para lucratividade se dando por meio de esforços de eficiência, alavancagem operacional e da captura de sinergias como detalhamos neste Release. Como consequência, divulgamos no começo de fevereiro deste ano o *guidance* de 2023 de R\$120 milhões a R\$140 milhões de capex e de R\$150 milhões a R\$170 milhões de EBITDA Ajustado.

Por fim, como parte da estratégia de consolidação do mercado na América Latina, anunciamos no início de 2023 o *signing* para aquisição da Ecomsur, empresa fundada em 2011 no Chile, que também possui operações no México, Colômbia, Peru e Panamá. O seu faturamento total em 2022 foi de aproximadamente US\$24 milhões. Além da consolidação das operações na Colômbia, Peru e Chile, países em que a Infracommerce já está presente, a Companhia também passará a ter maior exposição no México, território estratégico para a sua atuação, e que possui o maior potencial de crescimento do mercado de e-commerce da América Latina.

Agradeço aqui a confiança que nossos acionistas, clientes e Infras têm depositado em nós. Seguimos trabalhando para que 2023 seja um ano de crescimento e expansão de rentabilidade para a Companhia. A nossa marca registrada é sempre entregar além do esperado e assim seguiremos.

#GoInfra #CXaaS #AlwaysDeliverMoreThanExpected

Kai Schoppen, Fundador e CEO da Infracommerce CXaaS S.A.



Iniciativas ESG

- Estamos em fase final de construção de nosso **Relatório de Sustentabilidade**, com os principais destaques e ações da empresa durante o ano de 2022. O documento está sendo construído com base nas normas GRI (*Global Reporting Initiative*), incluindo o conjunto de indicadores relacionados na seção Conteúdo GRI, o SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), o TCFD (*Task Force on Climate Related Financial Disclosures*) e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), e conta com a participação direta e aprovação de todas as instâncias da nossa liderança.
- Desde 2021, a Companhia elabora o **inventário de emissões de GEE**, de acordo com o método GHG Protocol (sigla em inglês para Protocolo de Gases do Efeito Estufa), principal diretriz mundial para identificação e cálculo de emissões de gases de efeito estufa. Este ano ampliamos o inventário, e além de continuar abordando os escopos 1 e 2, incluímos também o escopo 3. Atualmente, nosso principal ofensor de Escopo 3 são as emissões provocadas pela distribuição e pela entrega de mercadorias.
- Formalizamos a **Política de ESG/Sustentabilidade** da Infracommerce, que registra nosso compromisso em sermos referência no tema e estabelece diretrizes no relacionamento com stakeholders e em temas como mudanças climáticas, economia circular, direitos humanos e diversidade.
- Realizamos em dezembro o **Natal Solidário**, em parceria com o Instituto Salve Quebrada (ISQ), que apresentou uma programação especial para crianças. Nesse dia, foram mais de 800 pessoas impactadas com a entrega de alimentos e presentes na comunidade do Jardim Miriam, na capital paulista.
- Contamos com uma iniciativa de engajamento mensal dos Infras que arrecadou no último trimestre 5 toneladas de alimentos, que tem como objetivo contribuir com as comunidades em torno da nossa operação. Em 2022, esta ação contou com a parceria de 9 instituições diferentes e arrecadou o total de 24 toneladas de alimentos.



Sinergias

Em 2022 foi possível visualizar diversos ganhos de sinergia dos M&As, que nos ajudaram a expandir margem EBITDA, principalmente por meio da diluição e redução de custos fixos, como é possível observar pela queda do SG&A, onde houve melhoria do *ratio* de SG&A/*Net Revenue* de 50,5% em 2021 para 39,4% em 2022.

O projeto de PMI (*Post Merger Integration*) segue evoluindo em linha com o plano de ação das integrações esperado pela Companhia.

Em 2022 finalizamos a integração da alta administração da companhia, harmonização de processos internos e renegociação com fornecedores. Em 2023, pretendemos avançar na integração de sistemas, que possui um enorme potencial na otimização de despesas, resultando na eliminação de aproximadamente 50 sistemas redundantes e na redução de custos de licenças e equipes de suporte, além da redução em Capex de manutenção e atualização desses sistemas.

Evolução do Projeto de PMI (Post Merger Integration)





Eventos Subsequentes

Infracommerce entra no índice IGPTW da B3

No dia 02 de janeiro de 2023, as ações da Infracommerce passaram a integrar a carteira do IGPTW (Índice *Great Place to Work*) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3). O IGPTW B3 reúne as empresas com as melhores práticas com relação à gestão de pessoas que são listadas na B3, levando em consideração a certificação GPTW e o *ranking* anual das melhores empresas para se trabalhar.

Aquisição Ecomsur

A Infracommerce anunciou a celebração do contrato para a aquisição e incorporação de 100% das ações representativas do capital social da Ecomsur *Holding S.A.* (Ecomsur).

A transação faz parte da estratégia adotada pela Companhia de crescimento no setor de *Full Commerce* na América Latina e é de alta complementariedade geográfica, uma vez que a Ecomsur atua fortemente no Chile e no México, países em que a Infracommerce ainda não é líder absoluta. Com a implementação da transação, a Infracommerce passará a liderar o setor de e-commerce, em seu segmento de atuação, em todos os 8 países em que opera.

A Ecomsur conta hoje com mais de 400 funcionários e possui um sistema OMS/WMS próprio, atendendo mais de 70 clientes e operando de maneira integrada e escalável. Seu ecossistema de serviços digitais está direcionado para impulsionar a estratégia *omnicanal* e de *direct to consumer* de seus diversos clientes, com nomes como Samsung, Levi's, Phillips, Pandora e Hershey's.

Infracommerce aprova a 2ª emissão de Debêntures Simples no valor de R\$165 milhões

No dia 27 de janeiro, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração, a segunda emissão de debêntures simples.

Serão emitidas 165.000 Debêntures, em duas séries, sendo 65.000 na 1ª Série e 100.000 na 2ª Série, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante total de R\$165.000.000,00. As Debêntures possuem prazo de vencimento em 48 meses contados da data de emissão, com amortização em parcelas trimestrais a partir do 24º mês contado da data de emissão.

Os recursos obtidos por meio da Emissão (i) da 1ª Série serão utilizados para reforço de caixa da Companhia, e (ii) da 2ª Série serão utilizados para a liquidação das operações de Empréstimo Financeiro mantidas no Banco do Brasil S.A. e Santander (valores referentes à 1ª Emissão de Debêntures, divulgada ao mercado em 11 de novembro de 2021).



Infracommerce anuncia suas projeções para 2023 de EBITDA Ajustado e Capex

A Companhia divulgou, aos seus acionistas e ao mercado em geral, suas projeções financeiras preliminares para 2023, conforme indicado na tabela abaixo:

Projeções Consolidadas	2023
EBITDA Ajustado	Entre R\$150 e 170 milhões
Capex	Entre R\$120 e 140 milhões

Com a divulgação dessas projeções, a Companhia formaliza o seu objetivo de avançar em suas métricas de lucratividade e rentabilidade.

Estas projeções são preliminares e não auditadas, bem como estão sujeitas a alterações devido ao fechamento da transação anunciada pela Companhia em 9 de janeiro de 2023 de aquisição da Ecomsur e às condições macroeconômicas gerais.



Desempenho financeiro

As demonstrações de resultados e os dados operacionais apresentados nas tabelas a seguir devem ser lidos em conjunto com os comentários dos resultados trimestrais apresentados posteriormente. Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações financeiras em virtude das casas decimais.

Demonstrações de Resultados (R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
Receita líquida	261,8	165,5	58,2%	891,3	422,6	110,9%
Custo dos serviços prestados	(143,9)	(82,7)	73,9%	(512,4)	(217,6)	135,5%
Lucro bruto	118,0	82,8	42,5%	378,9	205,0	84,8%
Margem bruta	45,1%	50,0%	-5,0 p.p.	42,5%	48,5%	-6,0 p.p.
Despesas comerciais e administrativas	(147,5)	(90,1)	63,6%	(475,4)	(249,0)	90,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3,4	(3,6)	-196,0%	12,1	15,1	-19,3%
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e resultado de equivalência patrimonial	(26,1)	(10,9)	138,6%	(84,4)	(28,9)	192,0%
Despesas financeiras	(54,9)	(17,8)	209,2%	(219,8)	(39,7)	453,1%
Receitas financeiras	9,6	5,1	86,7%	40,7	30,7	32,9%
Resultado financeiro líquido	(45,3)	(12,6)	259,2%	(179,0)	(9,1)	1873,0%
Equivalência patrimonial	--	0,4	-100,0%	--	0,6	-100,0%
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	(71,4)	(23,2)	207,9%	(263,4)	(37,4)	604,3%
Imposto corrente	(0,1)	(1,3)	-93,7%	(1,5)	(1,7)	-8,2%
Lucro (Prejuízo) do exercício	(71,5)	(24,5)	192,2%	(264,9)	(39,1)	578,1%
Margem Líquida	-27,3%	-14,8%	-12,5 p.p.	-29,7%	-9,2%	-20,5 p.p.
Despesas não recorrentes	23,9	11,7	104,7%	46,2	8,7	429,3%
Despesas não operacionais (amortização de mais valia - M&As)	12,2	0,0	n.a.	50,1	0,0	n.a.
Despesas financeiras não recorrentes	-8,7	0,0	n.a.	22,5	0,0	n.a.
Lucro (Prejuízo) do exercício Ajustado	(44,1)	(12,8)	245,4%	(146,0)	(30,3)	381,5%
Margem Líquida Ajustada	-16,8%	-7,7%	+1,2 p.p.	-16,4%	-7,2%	-9,2 p.p.

Destaques operacionais	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
GMV (R\$ milhões)	3.728,6	2.422,0	53,9%	12.874,0	7.085,6	81,7%
TPV (R\$ milhões)	1.159,7	416,8	178,2%	3.623,0	1.007,7	259,5%
Take Rate	7,0%	6,8%	+0,2 p.p.	6,9%	6,0%	+1,0 p.p.
Total de clientes	637	520	22,5%	637	520	22,5%
Funcionários equivalentes - tempo integral	4.521	3.261	38,6%	4.521	3.261	38,6%
Unidades de produtos entregues (milhões)	31,1	28,0	11,1%	148,9	84,8	75,6%



Receita Líquida

No 4T22, a Infracommerce reportou uma receita líquida de R\$261,8 milhões, um crescimento de 58,2% em relação aos R\$165,5 milhões do 4T21. Esse desempenho está relacionado com: (i) o crescimento na quantidade de clientes, que passou de 520 no 4T21 para 637 no 4T22; (ii) o aumento na quantidade de transações em nosso ecossistema, o que resultou em um crescimento de 53,9% do GMV no período; e (iii) o crescimento de 0,2 pontos percentuais no *take rate* médio da Companhia, resultado da estratégia de *cross-sell* das verticais de produtos e dos M&As. O crescimento anual composto (CAGR) entre o 4T20 e o 4T22 foi de 101%.

Em 2022, a receita líquida totalizou R\$891,3 milhões, comparado com R\$422,6 milhões no mesmo período do ano passado. O crescimento de 110,9% representa um aumento na quantidade de clientes, no crescimento do GMV e do *take rate*.

Levando em consideração o reconhecimento gradual de receitas provindas de novos contratos, o desempenho da receita no quarto trimestre não reflete a entrada dos 46 novos clientes em nosso ecossistema, que contribuirão com receitas ao longo dos próximos meses, após o *go live* de cada um dos projetos. O *churn* de clientes registrado no trimestre representou apenas 0,1% na Companhia em termos de representatividade receita.

Crescimento de Receita por Unidade de Negócio (4T22 vs. 4T21)

- (i) A Unidade de Negócio B2C Brasil apresentou um crescimento de 88,7%.
- (ii) A Unidade de Negócio B2B Brasil registrou um aumento de 23,8%.
- (iii) Latam apresentou um crescimento de 13,4%.

Custos e despesas operacionais

Custos e despesas (R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
Custo dos serviços prestados	(143,9)	(82,7)	73,9%	(512,4)	(217,6)	135,5%
Despesas comerciais e administrativas	(147,5)	(90,1)	63,6%	(475,4)	(249,0)	90,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3,4	(3,6)	-196,0%	12,1	15,1	-19,3%
Custos e despesas totais	(287,9)	(176,4)	63,2%	(975,7)	(451,5)	116,1%

Os custos e despesas operacionais registraram aumento de 63,2% no 4T22 em relação ao 4T21, devido, principalmente:

- Aos custos dos serviços prestados, que totalizaram R\$143,9 milhões no 4T22 e R\$82,7 milhões no 4T21, representando um aumento de 73,9% no período, reflexo do aumento no número de pedidos.
 - Como porcentagem da receita líquida, os custos dos serviços prestados representaram 54,9% no 4T22 e 50,0% no 4T21, um aumento devido principalmente: (i) ao perfil dos clientes que vieram com as empresas adquiridas, mais concentrados no B2C, que tendem a contratar os



serviços completos de nossas verticais; e (ii) ao aumento de 88,7% na receita de B2C que possuem menor margem.

- As despesas comerciais e administrativas totalizaram R\$147,5 milhões no 4T22, 63,6% maior que o registrado no 4T21, relacionado principalmente com a incorporação de pessoas que vieram das empresas adquiridas.
 - A eficiência operacional segue melhorando a cada trimestre, principalmente na diluição do SG&A, que, excluindo a depreciação, amortização e despesas não recorrentes para o período, diminuiu de 44% da receita líquida para 40,7%. Assim, começamos a observar uma diluição dos nossos custos fixos, tendência essa que deve permanecer para os próximos trimestres, conforme observado na seção sobre Sinergias.
- Contribuiu ainda para essa variação as **despesas não-recorrentes de R\$23,9 milhões** relacionadas a contabilização de:
 - M&A Synapcom: Bônus de Subscrição no valor de R\$3,7 milhões, **non-cash**
 - M&A Brandlive Colômbia: Parcela do *earn-out* de R\$ 1,2 milhão, **non-cash**
 - M&A Tevec: Parcela do *earn-out* de R\$15,8 milhões, **non cash**
 - Serviços Jurídicos: Despesas legais relacionadas à M&A no valor de R\$1,3 milhões
 - Outros: R\$1,9 milhões (**R\$0,7 milhão non-cash**)

Lucro Bruto

O lucro bruto da Infracommerce foi de R\$118 milhões no 4T22, comparado com R\$82,8 milhões no 4T21, um aumento de 42,5% no período. No trimestre, registramos um decréscimo na margem bruta em relação ao 4T21, saindo de 50,0% para 45,1%. Tais variações se dão principalmente em função do mix de serviços contratados pelos clientes B2C que vieram das aquisições feitas ao longo do período, com o segmento B2B reduzindo sua participação na receita total.

EBITDA

EBITDA (R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
Lucro (Prejuízo) do exercício	(71,5)	(24,5)	192,2%	(264,9)	(39,1)	578,1%
Depreciação	45,3	16,6	173,5%	141,2	45,3	211,6%
Resultados financeiros líquidos	45,3	12,6	259,2%	179,0	9,1	1873,0%
Imposto corrente	0,1	1,3	-93,6%	1,5	1,7	n.a.
EBITDA	19,2	6,0	220,8%	56,8	17,0	234,5%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>7,3%</i>	<i>3,6%</i>	<i>+3,7 p.p.</i>	<i>6,4%</i>	<i>4,0%</i>	<i>+2,4 p.p.</i>
Despesas relacionadas a fusões e aquisições	21,4	4,7	352,3%	37,9	(5,1)	-837,9%
Despesas relacionadas a programas de incentivo de longo prazo	0,8	0,6	28,7%	2,5	5,0	-49,8%
Despesas relacionadas com o IPO	--	1,8	-100,0%	--	4,3	-100,0%
Outros	1,8	4,6	-60,4%	5,8	4,6	25,7%
Eventos não-recorrentes	23,9	11,7	104,7%	46,2	8,7	429,3%
EBITDA Ajustado	43,1	17,7	144,0%	103,1	25,7	300,6%
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>16,5%</i>	<i>10,7%</i>	<i>+5,8 p.p.</i>	<i>11,6%</i>	<i>6,1%</i>	<i>+5,5 p.p.</i>



O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado, representa uma medição não contábil que corresponde ao EBITDA deduzido das despesas não-recorrentes como as relacionadas com fusões e aquisições, despesas com programas de incentivo de longo prazo, e despesas extraordinárias relacionadas com o IPO.

No 4T22, a Infracommerce apresentou um EBITDA Ajustado de R\$43,1 milhões, um crescimento de 144% em relação ao 4T21. A margem EBITDA ajustada no período foi de 16,5%, 5,8 pontos percentuais acima da margem EBITDA ajustada em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Resultado Financeiro

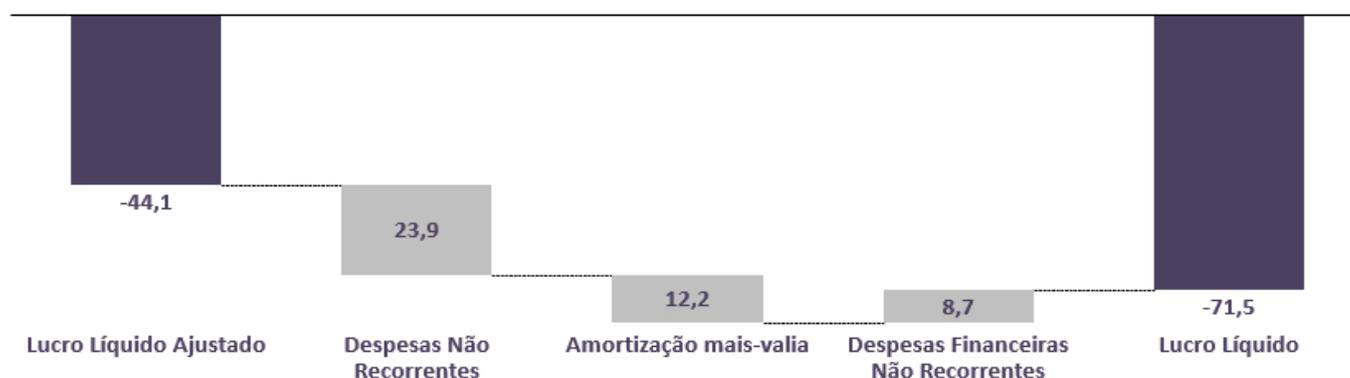
Resultado financeiro líquido (R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
Despesa financeira	(54,9)	(17,8)	209,2%	(219,8)	(39,7)	453,1%
Receita financeira	9,6	5,1	86,7%	40,7	30,7	32,9%
Resultado financeiro líquido	(45,3)	(12,6)	259,2%	(179,0)	(9,1)	1873,0%

O resultado financeiro do 4T22 foi composto por uma despesa financeira de R\$54,9 milhões, relacionada principalmente às despesas com juros de debêntures, empréstimos, variação cambial e despesas financeiras da Infra.Pay; e uma receita financeira de R\$9,6 milhões, devido principalmente à variação cambial e receita com aplicações financeiras.

Lucro/Prejuízo Líquido

No 4T22, a Companhia teve um Prejuízo Líquido, ajustado pelos eventos não recorrentes listado abaixo e despesas não operacionais, relacionadas principalmente a despesas não recorrentes, de R\$23,9 milhões. Somando os fatores listados acima, o Prejuízo Líquido no período foi de R\$44,1 milhões.

A composição do Lucro Líquido Ajustado para Lucro Líquido Total pode ser observada abaixo:





- Despesas Não Recorrentes: conforme detalhado no campo de Custos e Despesas Operacionais acima.
- Amortização de Ativos Identificáveis dos M&As (**non-cash**): Amortização Ativos Identificáveis (M&As) referentes a marca (R\$2,5 milhões), carteira de clientes (R\$8,1 milhões) e mais valia de softwares(R\$1,6 milhão).
- Despesas Financeiras Não Recorrentes: atualização monetária e custo da fiança bancária referente aos M&As (R\$8,7 milhões).

Liquidez e dívida líquida

Liquidez (R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ
Caixa	293,1	210,0	39,6%
Empréstimos e financiamentos	(512,3)	(268,2)	91,0%
Dívida líquida	(219,2)	(58,1)	277,0%

Em 2022, a Infracommerce encerrou com posição de caixa de R\$293,1 milhões, um crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior visto que no 4T22 houve a entrada dos valores restantes referentes à captação realizada no trimestre anterior. A dívida líquida no trimestre foi de R\$219,2 milhões, como resultado das aquisições realizadas.

Capex

Capex (R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
Infraestrutura	(10,4)	(13,1)	-20,5%	(49,5)	(32,3)	11,4%
Tecnologia	(20,7)	(8,1)	155,2%	(144,8)	(44,4)	348,8%
Capex total	(31,1)	(21,2)	46,5%	(194,3)	(76,6)	153,5%

No 4T22, o capex total da Companhia foi de R\$31,1 milhões, devido principalmente aos investimentos em:

- Investimento em tecnologia de R\$144,8 milhões em 2022, crescimento de 348,3% em relação ao período de 2021, em função principalmente do desenvolvimento e adaptação de sistemas para absorção do legado das empresas adquiridas.
- Em infraestrutura, foi investido R\$49,5 milhões, aumento de 11,4% em relação ao 2021, devido à necessidade de adaptação dos CDs remanescentes para absorver o volume dos que foram desativados, além do próprio investimento de desativação.
- Em 2023, o volume de investimento deve ser reduzido uma vez que estes investimentos one-off concentraram-se em 2022.



Relacionamento com auditores independentes

Em conformidade da instrução CVM n. 381/03 informamos que a Companhia consultou os auditores independentes KPMG Auditores Independentes no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei 9.295/46 e alterações posteriores.

Também foi observado o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas emanadas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

A Companhia adotou o princípio fundamental de preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência de auditar os seus próprios serviços, e tampouco de terem participado de qualquer função de gerência da Companhia.

A KPMG Auditores Independentes estava contratada para execução de serviços de auditoria do exercício corrente e de revisão das informações trimestrais do mesmo exercício.



Conferência de resultados

Sexta-feira, 17 de março de 2023

10h00 (horário de Brasília) | 09h00 (EST)

Webcast: ri.infracommerce.com.br

Sobre a Infracommerce

A Infracommerce é um ecossistema digital *white label* que atua no conceito de *Customer Experience as a Service* (CXaaS). A Companhia oferece soluções digitais desde plataforma e dados até logística e pagamentos que simplificam as operações digitais de empresas de qualquer tipo de negócio, desde mercado de luxo a grandes varejistas e indústrias. Com presença no Brasil, México, Colômbia, Peru, Chile, Argentina e Uruguai, e cerca de 4.000 funcionários, a Companhia foi premiada como a Melhor Empresa de Soluções Digitais, pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico. Para mais informações, visite ri.infracommerce.com.br.

Contatos

Relações com Investidores

Tel: +55 11 3848-1313 ou +55 11 94009-7825
investor@infracommerce.com.br

Relações com a Imprensa

Tel: +55 11 98244-4516
infracommerce@fsb.com.br



Balanço patrimonial

(R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	278,9	120,9	130,6%
Investimentos Financeiros	14,2	89,1	-84,0%
Contas a receber	421,9	374,6	12,6%
Adiantamentos de fornecedores	141,2	96,4	46,5%
Impostos a recuperar	123,7	58,8	110,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0,1	0,6	-84,7%
Despesas pagas antecipadamente	4,8	2,0	142,4%
Outros ativos financeiros	--	1,5	-100,0%
Outras contas à receber	3,5	182,2	-98,1%
Instrumentos financeiros derivativos	--	--	n.a.
Total do ativo circulante	988,3	926,1	6,7%
Não circulante			
Outras contas a receber	71,8	--	n.a.
Impostos a recuperar	29,7	46,1	-35,7%
Depósitos judiciais	169,6	66,8	154,0%
Investimentos	--	0,7	-100,0%
Imobilizado	98,6	57,7	70,9%
Intangível	1.759,3	1.496,4	17,6%
Direito de Uso	106,5	91,0	17,0%
Total do ativo não circulante	2.235,6	1.758,8	27,1%
Total do ativo	3.223,9	2.684,9	20,1%
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	228,6	13,1	1643,1%
Debênture	23,4	2,3	927,9%
Arrendamento	50,5	28,7	75,6%
Fornecedores	419,3	346,8	20,9%
Risco sacado	78,0	51,9	50,3%
Adiantamento de clientes	2,6	12,2	-78,7%
Salários, encargos e provisão para férias	55,9	41,3	35,4%
Impostos a pagar	31,7	27,9	13,6%
Mútuo a pagar para partes relacionadas	--	--	n.a.
Contas a pagar pela combinação de negócios	94,6	300,8	-68,5%
Outras contas a pagar	10,3	1,6	554,1%
Total do passivo circulante	994,9	826,6	20,4%
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	2,2	5,3	-59,0%
Debênture	229,6	247,5	-7,2%
Impostos a pagar	162,3	67,8	139,5%
Arredamento	69,1	44,3	56,0%
Impostos diferidos	7,3	3,6	102,1%
Instrumentos financeiros	90,0	54,9	63,7%
Contas a pagar pela combinação de negócio	96,4	10,6	806,8%
Salários, encargos e provisão para férias	5,8	--	n.a.
Outras contas a pagar	34,9	45,0	-22,4%
Provisão para passivo descoberto	--	--	n.a.
Provisões para contingências	79,7	79,8	-0,1%
Passivo Diferido	1,6	--	n.a.
Total do passivo não circulante	778,9	558,8	39,4%
Total do patrimônio líquido	1.450,1	1.286,0	12,8%
Total do passivo e do patrimônio líquido	3.223,9	2.671,5	20,7%



Demonstração do fluxo de caixa

(R\$ milhões)	4T22	4T21	% Δ	2022	2021	% Δ
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
(Prejuízo) lucro do exercício	(71,5)	(24,5)	192,2%	(264,9)	(39,1)	578,1%
Ajustes não-caixa:						
Depreciação	45,8	16,6	175,4%	141,2	45,3	211,8%
Despesas financeiras	14,1	10,6	32,7%	58,7	20,0	193,8%
Despesas com M&As	(1,3)	4,1	-131,0%	34,0	(8,7)	-492,1%
Rendimento sobre aplicações financeiras	(1,5)	(6,1)	-75,8%	(2,4)	(6,1)	-60,2%
Outros	44,7	6,7	571,4%	46,8	8,6	444,5%
Varição nos ativos e passivos operacionais	30,3	7,3	313,3%	13,3	20,0	-33,5%
Varição do ativo	25,2	134,0	-81,2%	(118,8)	73,7	-261,2%
Varição do passivo	50,3	(135,9)	-137,0%	266,5	(166,4)	-260,1%
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	105,8	5,4	1866,4%	160,9	(72,7)	-321,3%
Fluxo de caixa de atividades de investimento						
Aquisição de imobilizado	(10,4)	(13,1)	-20,5%	(49,5)	(32,3)	53,3%
Aquisição de intangível	(20,7)	(8,1)	155,2%	(144,8)	(44,4)	226,3%
Resgate em aplicações financeiras	7,2	(68,5)	-110,5%	75,2	(83,0)	-190,6%
Mútuos concedidos a parte relacionada	--	6,5	-100,0%	--	(2,6)	-100,0%
Aquisição de participação em controlada	(3,1)	95,1	-103,3%	(8,3)	--	n.a.
Outros	--	(633,0)	-100,0%	--	(633,0)	-100,0%
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento	(27,0)	(621,1)	-95,7%	(127,4)	(795,2)	-84,0%
Fluxo de caixa de atividades de financiamento						
Aumento de capital	169,3	53,0	219,2%	409,8	923,3	-55,6%
Captação de empréstimos e financiamentos	(105,9)	--	n.a.	211,7	31,0	582,8%
Pagamento de principal e juros - empréstimos e debêntures	(33,6)	232,0	-114,5%	(181,1)	129,8	-239,5%
Pagamento de principal e juros - arrendamento	(12,3)	(7,6)	62,7%	(38,0)	(24,6)	54,2%
Custos de transação de antecipação de recebíveis	(28,5)	(52,2)	-45,3%	(86,6)	(52,7)	64,4%
Aquisição de participação em controlada	(28,9)	(85,2)	-66,0%	(191,3)	(85,2)	124,4%
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(39,9)	140,1	-128,5%	124,4	921,6	-86,5%
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	38,9	(475,6)	-108,2%	158,0	53,7	194,2%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	240,0	596,5	-59,8%	120,9	67,3	79,8%
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	278,9	120,9	130,6%	278,9	120,9	130,6%
Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa	38,9	(475,6)	-108,2%	158,0	53,7	194,2%



Glossário

ARR (Annual Recurring Revenue): Receita Anual Recorrente

B2B (Business-to-business): Comércio estabelecido entre empresas.

B2C (Business-to-customer): Comércio efetuado diretamente entre a empresa produtora, vendedora ou prestadora de serviços e o consumidor final.

CAPEX: Montante investido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital.

Customer Experience as a Service (CXaaS): Valorização da experiência do consumidor em todos os canais de relacionamento de nossos clientes.

DTC (Direct-to-customer): Termo utilizado para caracterizar a relação direta comercial entre a empresa produtora, vendedora ou prestadora de serviços e o consumidor final.

FTE (Full Time Equivalent): Número de funcionários ajustado pelo tempo integral de trabalho.

GMV (Gross Merchandise Volume): Volume bruto de transação das mercadorias em nosso ecossistema.

Guide Shops: Lojas físicas, com mostruário, mas sem estoque, nas quais o cliente pode fazer as suas compras de forma online, experimentar os produtos e recebê-los em casa.

EBITDA: Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

TAM (Total Addressable Market): Valor de receita potencial do mercado todo, no segmento de atuação da Companhia.

TPV (Total Payment Volume): Volume transacionado pelos meios de pagamento.

Este documento pode conter certas declarações e informações relacionadas à InfraCommerce CXAAS S.A., isoladamente ou em conjunto com as demais sociedades do seu grupo econômico ("Companhia"), que refletem as visões atuais e/ou expectativas, estimativas ou projeções da Companhia e de sua administração com respeito a sua performance, seus negócios e eventos futuros. Declarações prospectivas incluem, sem limitação, qualquer declaração que possua previsão, indicação ou estimativas e projeções sobre resultados futuros, performance ou objetivos, bem como palavras como "acreditamos", "antecipamos", "esperamos", "estimamos" e "projetamos", entre outras palavras com significado semelhante. Embora a Companhia e sua administração acreditem que tais declarações prospectivas são baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a riscos, incertezas e eventos futuros e são emitidas à luz de informações que estão atualmente disponíveis na data em que emitidas. Tais declarações prospectivas se referem apenas à data em que foram emitidas, e a Companhia não se responsabiliza por atualizá-las ou revisá-las publicamente após a distribuição deste documento, por qualquer razão ou motivo, inclusive em virtude de novas informações ou eventos futuros. Diversos fatores, incluindo os riscos e incertezas supramencionados, podem fazer com que as circunstâncias e eventos prospectivos discutidos neste documento não ocorram, e, em consequência, os resultados futuros da Companhia podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos nessas declarações prospectivas. Declarações prospectivas envolvem riscos e incertezas e não são garantias de eventos futuros. Portanto, os investidores não devem tomar nenhuma decisão de investimento com base nas declarações prospectivas eventualmente aqui contidas. O mercado e as informações de posição competitiva, incluindo eventuais projeções de mercado citadas ao longo deste documento, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações de domínio público e publicações empresariais. Apesar de não termos razão para acreditar que qualquer destas informações ou relatórios sejam imprecisos em qualquer aspecto relevante, tais informações não foram verificadas de forma independente. A Companhia não se responsabiliza pela veracidade de tais informações.



Certas porcentagens e outros valores incluídos neste documento foram arredondados para facilitar a sua apresentação. As escalas dos gráficos dos resultados podem figurar em proporções diferentes, para otimizar a demonstração. Dessa forma, os números e os gráficos apresentados podem não representar a soma aritmética e a escala adequada dos números que os precedem, e podem diferir daqueles apresentados nas demonstrações financeiras.

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores da
Infracommerce CXaaS S.A**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infracommerce CXaaS S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infracommerce CXaaS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Infracommerce CXaaS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágios de combinação de negócios

Veja as Nota 3.2 e 13b das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui reconhecido em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ágios decorrentes de combinações de negócios.</p> <p>Os valores recuperáveis dos ágios de combinações de negócios são testados anualmente. Para o teste dos valores recuperáveis, os ágios de combinações de negócios são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).</p> <p>A determinação do valor em uso das UGCs é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que leva em consideração premissas, tais como: período projetivo, taxa de desconto, taxa de crescimento estimado para resultado operacional e taxa de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas utilizadas para se estimar o valor em uso das UGCs, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliamos, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:<ul style="list-style-type: none">(i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação que cumpram os requerimentos do CPC 01(R1);(ii) se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis;(iii) se as premissas macroeconômicas, utilizadas na estimativa do valor em uso das UGCs, são condizentes com a data base do trabalho e se são provenientes de fontes confiáveis.(iv) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões; e

	<ul style="list-style-type: none"> – Comparamos o valor recuperável e o respectivo valor contábil da UGCs, afim de identificar qualquer perda; – Avaliamos se as divulgações das demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos de ágios nas combinações de negócios, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	---

Mensuração da contraprestação contingente na combinação de negócios

Veja as Notas 3.2, 11 e 13 das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 28 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu o controle da empresa Tevec Sistemas S.A.</p> <p>A combinação de negócio foi registrada aplicando o método de aquisição, que exige o reconhecimento e mensuração da contraprestação transferida, incluindo a contraprestação contingente, dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos ao valor justo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinação de Negócios.</p> <p>Para a determinação do valor justo da contraprestação contingente foram utilizadas as seguintes premissas relevantes: receita bruta projetada e taxa de desconto.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido a relevância dos valores registrados e das incertezas relacionadas às premissas, utilizadas para se estimar o valor justo da contraprestação contingente, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Inspecionamos os documentos relacionados a aquisição, como o contrato de compra e venda e o termo de fechamento; – Testamos, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, o valor justo da contraprestação contingente, com foco em: <ul style="list-style-type: none"> (i) se o Estudo foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas no Estudo são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, condizentes com a data-base do trabalho e/ou condizentes com o orçamento aprovado pela Companhia; (iii) se os dados base, incluindo as premissas macroeconômicas utilizados no Estudo, são condizentes com a data base do trabalho e se são provenientes de fontes confiáveis;

	<p>(iv) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões do Estudo; e</p> <p>(v) se os resultados do Estudo são razoáveis levando em conta as premissas, dados utilizados e metodologia aplicada.</p> <p>– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo da contraprestação contingente, os quais foram registrados e divulgados pela administração.</p>
--	--

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


José Carlos da Costa Lima Junior
Contador CRC 1SP243339/O-9

Infracommerce CXaaS S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			(Revisado)		(Revisado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	127.009	110.668	278.896	120.934
Aplicações financeiras	6	1.168	-	14.223	89.108
Contas a receber	7	-	-	431.452	382.810
Adiantamentos de fornecedores	8	913	-	141.186	88.178
Impostos a recuperar	9	6.141	2.621	123.695	85.266
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	99	648
Despesas pagas antecipadamente		526	-	4.822	1.989
Outros ativos financeiros		-	-	-	1.477
Outras contas a receber	10	-	4.258	3.509	50.609
Total do ativo circulante		135.757	117.547	997.882	821.019
Não circulante					
Mútuo a receber de partes relacionadas	29	268.111	10.096	-	-
Outras contas a receber	10	69.780	69.780	71.834	69.780
Impostos a recuperar	9	-	-	29.686	46.133
Depósitos judiciais	20.1	2	-	169.634	66.779
Investimentos em controladas	11	1.618.665	1.753.306	-	-
Investimentos em coligadas		-	-	-	698
Imobilizado	12	-	-	98.636	57.716
Intangível	13	-	-	1.735.415	1.593.971
Direito de uso	14a	-	-	106.495	91.048
Total do ativo não circulante		1.956.558	1.833.182	2.211.700	1.926.125
Total do ativo		2.092.315	1.950.729	3.209.582	2.747.144

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	99.661	-	257.093	13.112
Debêntures	19	23.394	2.276	23.394	2.276
Arrendamento	14b	-	-	50.470	28.742
Fornecedores	15	237	568	428.941	397.003
Risco sacado a pagar	16	-	-	49.453	51.885
Adiantamento de clientes		-	-	2.598	12.194
Salários, encargos e provisão para férias		-	-	55.910	41.297
Impostos a pagar	17	1.044	585	36.400	37.720
Mútuo a pagar para partes relacionadas	29	-	3.862	-	-
Contas a pagar pela combinação de negócio	21	46.813	245.161	91.456	286.440
Outras contas a pagar	22	1.227	1.848	10.322	1.578
Total do passivo circulante		172.376	254.300	1.006.037	872.247
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.162	5.276
Debêntures	19	229.648	247.519	229.648	247.519
Impostos a pagar	17	-	-	162.295	60.943
Arrendamento	14b	-	-	69.090	67.767
Impostos diferidos		2.740	3.629	2.600	3.629
Instrumentos financeiros	28	72.262	68.284	73.056	68.284
Contas a pagar pela combinação de negócio	21	64.089	-	99.315	10.627
Salários, encargos e provisão para férias		-	-	5.800	-
Outras contas a pagar	22	-	840	34.923	44.992
Provisão para passivo descoberto	11	38.076	16.217	-	-
Provisões para contingências	20	69.780	73.891	79.726	79.811
Receita diferida	11	-	-	1.586	-
Total do passivo não circulante		476.595	410.380	760.201	588.848
Patrimônio líquido	23				
Capital social		1.592.544	1.332.787	1.592.544	1.332.787
Reserva de capital		177.495	6.323	177.495	6.323
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.212)	(506)	(1.212)	(506)
Prejuízos acumulados		(325.483)	(52.555)	(325.483)	(52.555)
Total do patrimônio líquido		1.443.344	1.286.049	1.443.344	1.286.049
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.092.315	1.950.729	3.209.582	2.747.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	24	-	-	891.301	422.560
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(512.426)	(217.553)
Lucro bruto		-	-	378.875	205.007
Despesas comerciais	25	(103)	(254)	(27.782)	(33.299)
Despesas administrativas	25	(77.841)	(16.655)	(447.621)	(215.669)
Outras receitas operacionais	25	-	18.625	15.792	15.598
Outras despesas operacionais	25	-	-	(3.644)	(535)
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos		(77.944)	1.716	(84.380)	(28.898)
Despesas financeiras		(89.538)	(7.409)	(219.769)	(39.736)
Receitas financeiras		23.445	13.467	40.743	30.662
Resultado financeiro líquido	26	(66.093)	6.058	(179.026)	(9.074)
Participação nos (prejuízos) lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	11	(121.791)	(47.657)	-	574
Prejuízo antes dos impostos		(265.828)	(39.883)	(263.406)	(37.398)
Imposto corrente	27	-	-	(2.562)	(1.670)
Imposto diferido	27	889	815	1.029	-
Prejuízo do exercício		(264.939)	(39.068)	(264.939)	(39.068)
Prejuízo do exercício por ação básico	30	(0,72480)	(0,14040)	(0,72480)	(0,14040)
Prejuízo do exercício por ação diluído	30	(0,66223)	(0,12320)	(0,66223)	(0,12320)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	<u>(264,939)</u>	<u>(39,068)</u>	<u>(264,939)</u>	<u>(39,068)</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado:				
Efeitos de conversão de moeda estrangeira	<u>(706)</u>	<u>(506)</u>	<u>(706)</u>	<u>(506)</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u>(265,645)</u>	<u>(39,574)</u>	<u>(265,645)</u>	<u>(39,574)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atribuível aos acionistas controladores					
Nota	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
Saldo em 1o de janeiro de 2021	81.705	(25.373)	2.700	-	59.032
Resultados abrangentes do exercício					
Prejuízo do exercício	-	-	(39.068)	-	(39.068)
Ajuste de conversão em controladas	-	-	-	(506)	(506)
Total de resultados abrangentes do período	-	-	(36.368)	(506)	19.458
Movimentação da reserva de capital	23	(25.373)	25.373	-	-
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	-	1.820	-	-	1.820
Transferência do plano de pagamento baseado em ações	-	2.852	(2.852)	-	-
Emissão/subscrição de ações Synapcom	23b	394.637	-	-	394.637
Aumento de capital - por caixa	23	15.118	-	-	15.118
Aumento de capital - por dívida	23	5.860	-	-	5.860
Aumento de capital - opções de ações exercidas	23	6.151	(329)	-	5.822
Bônus subscrição de ações Synapcom	11	-	1.980	-	1.980
Oferta pública	-	902.388	-	-	902.388
Gastos com emissão de ações	-	(47.699)	-	-	(47.699)
Remensuração put option	11	-	(13.335)	-	(13.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.332.787	6.323	(52.555)	(506)	1.286.049
Resultados abrangentes do exercício					
Prejuízo do exercício	-	-	(264.939)	-	(264.939)
Ajuste de conversão em controladas	-	-	-	(706)	(706)
Total de resultados abrangentes do exercício	-	-	(264.939)	(706)	(265.645)
Aumento de capital - por caixa	23	250.800	-	-	250.800
Aumento de capital - opções de ações exercidas	23	8.958	-	-	8.958
Subscrição de ações	23b	-	150.000	-	150.000
Remensuração put-option	11	-	-	(7.989)	(7.989)
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	31	-	2.060	-	2.060
Bônus de subscrição de ações - Synapcom	11	-	19.112	-	19.112
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	1.592.545	177.495	(325.483)	(1.212)	1.443.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021 (Revisado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(264.939)	(39.068)	(264.939)	(39.068)
Ajustes para:				
Depreciação de imobilizado	12	-	9.431	7.840
Amortização de intangível	11/13	45.512	94.674	16.549
Depreciação do direito de uso	14	-	37.098	20.897
Juros sobre arrendamentos	14	-	7.540	5.751
Juros sobre transações entre partes relacionadas	29	719	-	-
Rendimento sobre aplicações financeiras, líquido de imposto de renda	6	(68)	(2.448)	(6.147)
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	11	121.791	-	(574)
(Reversões) provisões para contingências	20	-	(38)	3.283
Encargos financeiros de empréstimos	18	8.553	15.064	11.163
Encargos financeiros de debêntures	19	36.066	36.066	3.052
Ajuste a valor presente		-	2.828	451
Atualização monetária		29.022	36.443	853
Remuneração pós-combinação	21	4.911	20.727	7.523
Transações de pagamentos baseados em ações, liquidável em ações	31	2.060	2.060	1.820
Varição cambial não realizada		293	10.754	1.364
Resultado na remensuração de investimento	11	-	(8.670)	(18.624)
Impostos diferidos		(889)	(1.029)	-
Baixa de imobilizado e intangível	12	-	467	353
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7	-	(1.952)	1.493
Bônus de subscrição - Synapcom		19.112	19.112	1.980
Outros		-	82	-
	2.143	2.227	13.270	19.959
Varição nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber		-	55.707	50.170
Adiantamentos de fornecedores		(913)	(53.008)	47.374
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recuperar		(3.520)	(19.184)	(33.809)
Outras contas a receber		4.258	9.075	33.046
Despesas pagas antecipadamente		(526)	(2.833)	(1.228)
Depósitos judiciais		(2)	(108.603)	(21.807)
Fornecedores		(331)	17.100	(260.209)
Risco sacado a pagar		-	143.032	51.885
Adiantamento de clientes		-	(9.596)	(47)
Salários, encargos e provisão para férias		-	20.413	24.699
Impostos a pagar		459	102.347	18.687
Outras contas a pagar		(1.461)	(4.224)	(792)
Pagamento / baixa de contingências	20	(4.111)	(47)	(628)
Pagamento de imposto de renda		-	(2.562)	-
	(4.004)	7.593	160.887	(72.700)
Fluxo de caixa (usado nas) gerado das atividades operacionais				
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	12	-	(49.460)	(32.264)
Aquisição de intangível	13	-	(144.798)	(44.380)
Investimento em aplicações financeiras	6	(1.100)	(53.488)	(426.290)
Resgate em aplicações financeiras	6	-	128.653	343.329
Mínus concedidos a partes relacionadas	29	(258.734)	-	(2.632)
Aquisição de participação em controlada, líquida do caixa adquirido	11	-	(8.260)	-
Contas a pagar aquisições		-	-	(658.003)
Caixa adquirido em combinação de negócio		-	-	25.017
Aumento de capital em controlada	11	(11.509)	-	-
	(271.343)	(1.019.296)	(127.353)	(795.223)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento				
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital	23	400.800	400.800	15.118
Aumento de capital - oferta pública	23	-	-	902.388
Aumento de capital - ações exercidas SOP	23	8.958	8.958	5.822
Custo de emissão - IPO		-	-	(47.699)
Custo de emissão - Empréstimos e debêntures		739	739	-
Captação de debêntures		-	-	250.000
Custo de transação de debêntures e empréstimos		-	(3.258)	(3.258)
Custo de transação de antecipação de recebíveis	26	-	(86.639)	(1.736)
Pagamento de risco sacado	18	-	(116.925)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	18	200.000	327.841	31.000
Mínus pagos de partes relacionadas	29	(3.862)	-	-
Juros pagos sobre arrendamentos	14	-	(8.309)	(5.751)
Juros pagos sobre debêntures	19	(34.376)	(34.376)	-
Juros pagos sobre empréstimos	18	(7.914)	(19.813)	(6.201)
Pagamento de principal de empréstimos	18	(105.662)	(126.935)	(113.989)
Pagamento de principal de arrendamentos	14	-	(29.662)	(18.877)
Aquisição de participação em controlada - parcelas diferidas pagas		(166.995)	(191.251)	(85.210)
	291.688	1.122.371	124.428	921.607
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento				
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa				
	16.341	110.668	157.962	53.684
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	110.668	-	120.934	67.250
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	127.009	110.668	278.896	120.934
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	16.341	110.668	157.962	53.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infracommerce CXaaS S.A.

Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços	-	-	1.408.568	623.089
Outras Receitas	-	-	19.579	(1.493)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.428.147</u>	<u>621.596</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos serviços de terceiros e outros	-	12.568	(512.426)	(201.317)
	<u>-</u>	<u>12.568</u>	<u>915.721</u>	<u>420.279</u>
Valor adicionado bruto	<u>-</u>	<u>12.568</u>	<u>915.721</u>	<u>420.279</u>
Depreciação e amortização do exercício	(45.512)	-	(141.203)	(45.286)
	<u>(45.512)</u>	<u>12.568</u>	<u>774.518</u>	<u>374.993</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>(45.512)</u>	<u>12.568</u>	<u>774.518</u>	<u>374.993</u>
Receitas financeiras e variações cambiais	23.445	13.467	40.743	30.662
Resultado de equivalência patrimonial	(121.791)	(47.657)	-	574
	<u>(143.858)</u>	<u>(21.622)</u>	<u>815.261</u>	<u>406.229</u>
Valor adicional total a distribuir	<u>(143.858)</u>	<u>(21.622)</u>	<u>815.261</u>	<u>406.229</u>
	-	-	-	-
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	<u>24.308</u>	<u>9.222</u>	<u>394.362</u>	<u>199.592</u>
Remuneração direta	19.397	9.222	262.835	158.586
Benefícios	-	-	92.722	26.370
F.G.T.S	-	-	14.450	5.802
Outros	4.911	-	24.355	8.834
	<u>(889)</u>	<u>815</u>	<u>461.779</u>	<u>202.199</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>(889)</u>	<u>815</u>	<u>461.779</u>	<u>202.199</u>
Federais	(889)	815	171.147	24.581
Estaduais	-	-	274.995	171.790
Municipais	-	-	15.637	5.828
	<u>97.662</u>	<u>7.409</u>	<u>224.060</u>	<u>43.506</u>
Remuneração de capital de terceiros	<u>97.662</u>	<u>7.409</u>	<u>224.060</u>	<u>43.506</u>
Despesas financeiras	89.538	7.409	219.769	39.736
Aluguéis	-	-	4.291	3.770
Outros - terceiros	8.124	-	-	-
	<u>(264.939)</u>	<u>(39.068)</u>	<u>(264.939)</u>	<u>(39.068)</u>
Remuneração de capital próprio	<u>(264.939)</u>	<u>(39.068)</u>	<u>(264.939)</u>	<u>(39.068)</u>
Prejuízos do exercício	(264.939)	(39.068)	(264.939)	(39.068)
	<u>(143.858)</u>	<u>(21.622)</u>	<u>815.261</u>	<u>406.229</u>
Valor adicionado distribuído	<u>(143.858)</u>	<u>(21.622)</u>	<u>815.261</u>	<u>406.229</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Infracommerce CXaaS S.A. (“IFC” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP. A Companhia tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão).

A Companhia e suas controladas, tem como principais atividades oferecer soluções digitais para marcas e indústrias liderarem suas jornadas de digitalização. A partir de um ecossistema digital *White label*, a Companhia apoia empresas desde 2012 em diferentes níveis de maturidade na jornada digital, contribuindo para que elas subam para o próximo nível de digitalização de seus negócios. Este ecossistema é composto por cinco grandes blocos:

- (i) Infrashop;
- (ii) InfraDigital;
- (iii) InfraData;
- (iv) InfraLog;
- (v) InfraPay;

Nossa tecnologia conta com um ecossistema centrado na experiência do usuário, a partir de soluções integradas e plataformas flexíveis de acordo com a necessidade de nossos clientes em cada um dos níveis de suas respectivas jornadas digitais. Nossas soluções digitais integradas oferecidas aos nossos clientes compreendem, mas não se limitam, as seguintes atividades:

- (i) Plataformas de e-commerce para B2C e B2B, com soluções omnichannel, social commerce e marketplace;
- (ii) Serviços de gestão e operação de ecommerce, atendimento ao consumidor, CRM e marketing digital;
- (iii) Inteligência Artificial de Dados, Behavioral Targeting e relatórios de Business Intelligence;
- (iv) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de fulfillment (“fulfillment 3.0”) composto por múltiplos centros de distribuição e dark stores, tracking de pedidos e gestão de fretes;
- (v) Gestão de pagamentos por meio de nossa fintech, onde nossos clientes se beneficiam de um gateway de pagamento certificados pelo PCI (Payment Card Industry), com gestão processo de contas a receber e financiamento comercial.

Todos esses componentes fazem parte da oferta de soluções integradas para e-commerce, compondo o nosso ecossistema digital white label.

A Infracommerce CXaaS S.A. foi constituída em 15 de dezembro de 2020, com o objetivo de ser a holding não-operacional consolidadora do resultado do Grupo econômico, denominada “IFC”, e exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas conforme demonstrado na nota 2.

A Companhia é listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código IFCM3 onde negocia suas ações ordinárias.

2 Lista de entidades consolidadas

A lista a seguir descreve todas as entidades relevantes da Companhia, incluindo controladas e não controladas.

Participação acionária Controladas	Abreviação	País	Participação	Controladora	2022	2021
Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFC Ltda.	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Inframédia Soluções em Informática Ltda – EPP	Inframédia	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Infracommerce Varejo e Distribuição Digital Ltda.	IFC Varejo	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Infracommerce Negócios Y Soluciones en Internet MX	IFC MEX	México	Direta	IFC	100%	100%
Infrashop Negócios e Soluções em Internet Ltda.	IFS Ltda	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Infrapay Administração de Pagamentos Ltda.	Infrapay	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Pier 8 Serviços de Varejo Ltda	Pier 8	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%
Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda	Armazém	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%
Synapcom Comércio Eletrônico S.A	SYN	Brasil	Direta	IFC	100%	100%
Synapcom Soluções De E-commerce Ltda.	SYN Sol	Brasil	Indireta	SYN	100%	100%
Synapcom Consultoria Ltda.	SYN Consult.	Brasil	Indireta	IFC	100%	100%
New Retail Limited	New Retail	Cayman	Direta	IFC	61,44%	61,44%
New Retail LLC	NR LLC	Delaware	Indireta	New Retail	100%	100%
Brandlive Argentina S.A.	Brandlive Argentina	Argentina	Indireta	New Retail	100%	99%
BL 360 S.A.	BL 360	Argentina	Indireta	Brandlive	100%	100%
Tatix Comércio e Participações Ltda.	Tatix	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%
Summa Solutions	Summa	Argentina	Indireta	New Retail	100%	100%
Sigurd S.A.P.I. de C.V.	Sigurd	México	Indireta	New Retail	100%	100%
Brandlive SpA	Brandlive Chile	Chile	Indireta	New Retail	100%	100%
Brandlive Peru	Brandlive Peru	Peru	Indireta	New Retail	100%	100%
Brandlive Uruguai	Brandlive Uruguai	Uruguai	Indireta	New Retail	100%	100%
Infracommerce Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	FIDC	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	100%
Tevec Sistemas S.A (a)	Tevec	Brasil	Indireta	IFC Ltda	100%	-
Brandlive Colômbia SAS (b)	BL Colômbia	Colômbia	Indireta	New Retail	100%	-
Brandlive Equador (c)	Brandlive Equador	Equador	Indireta	New Retail	100%	-
Participação em não controlada						
Brandlive Colômbia SAS (b)	BL Colômbia	Colômbia	Indireta	Brandlive	-	40%

(a) Empresa adquirida em 28 de janeiro de 2022, conforme detalhado na nota 11.

(b) No dia 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu, por meio da New Retail LLC, 60% das ações adicionais da Brandlive Colombia S.A., na qual a Companhia já tinha participação indireta de 40%, passando então a deter 100% de participação, conforme detalhado na nota 11.

(c) Empresa constituída em 15 de agosto de 2022, pela subsidiária New Retail LLC.

3 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é exigida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Já o IFRS não requer a apresentação desta demonstração de forma separada. Desta forma, para efeitos do IFRS, esta demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2023.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Empresas do Grupo moeda funcional diferente

Abaixo listamos as empresas do Grupo com moeda funcional diferente da moeda de apresentação do Grupo:

Companhia	Moeda funcional
IFC MEX	Peso mexicano
New Retail	Peso argentino
<i>New Retail</i> LLC	Peso argentino
Brandlive	Peso argentino
BL 360	Peso argentino
BL Colômbia	Peso argentino
Summa ARG	Peso argentino
Sigurd ARG	Peso argentino
Brandlive CHI	Peso argentino
Brandlive EQU	Peso argentino

Para efetuar a conversão dos resultados e da posição financeira de todas as entidades listadas de sua moeda funcional para a moeda de apresentação da Companhia, efetuamos os procedimentos descritos nos próximos tópicos, em conformidade o CPC 02(R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 21. Segregamos as empresas em dois grupos, sendo eles:

Moeda de economia não hiperinflacionária - Pesos mexicanos

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta 'Ajustes de avaliação patrimonial'.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido.

Moeda de economia hiperinflacionária - Pesos argentinos

Os resultados e a posição financeira da entidade cuja moeda funcional é a moeda de economia hiperinflacionária foram convertidos para moeda de apresentação, adotando-se o seguinte procedimento:

- (i) Todos os montantes (isto é, ativos, passivos, itens do patrimônio líquido, receitas e despesas, incluindo saldos comparativos) foram convertidos pela taxa de câmbio de fechamento da data do balanço patrimonial mais recente.
- (ii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta 'Ajustes de avaliação patrimonial'.

Os procedimentos de conversão de moeda estrangeira para moeda funcional são realizados conforme os termos do CPC 42 (IAS 29) - Contabilidade em economia hiperinflacionária, e estão descritos abaixo na sessão Base de preparação a apresentação das Demonstrações Financeiras vide nota 4.2.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - aquisição de controlada: pagamentos a ex-proprietários da adquirida;
- **Nota 13** - avaliação da existência de perda (“*impairment*”) nos ágios. Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Os cálculos e o teste de *impairment*, foram elaborados pela administração, seguindo as normas contábeis;
- **Nota 14** - prazo do arrendamento: se a Companhia tiver razoável certeza de exercer as opções de extensão;
- **Nota 24** - receita de comissão: determinação quando a Companhia atua como agente na transação;

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** – aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e valor justo da *put-option*;

(iii) Mensuração do valor justo

Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, sempre que possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os *inputs* usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo se enquadram em níveis diferentes da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como o menor nível de entrada que seja significativo para toda a mensuração.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6:** aplicações financeiras
- **Nota 11:** aquisição de subsidiária
- **Nota 28:** instrumentos financeiros
- **Nota 31:** pagamento baseado em ações

4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, a menos que mencionado de outra forma.

4.1 Consolidação

(i) Combinações de negócios:

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia.

Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relação pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são registradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) *Mensuração do valor justo*

Na mensuração do valor justo, foram utilizadas técnicas de valores considerando preços de mercado para ativos semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Nas projeções realizadas foram utilizadas as taxas reais

Por se tratar de uma mensuração preliminar do valor justo, se novas informações obtidas no prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, indiquem ajustes nos valores acima mencionados, ou qualquer provisão adicional que existisse na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisada. A expectativa da administração é que apenas medições de intangíveis possam ter algum impacto em relação a esta avaliação preliminar.

(iii) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos nas controladas são reconhecidos utilizando o método de equivalência patrimonial.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

As operações com em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado da alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

	Taxa de fechamento do câmbio	
	31/12/2022	31/12/2021
Dólar Americano ("US\$")	5,217700	5,570300
Peso Mexicano ("MXN\$")	0,266600	0,271700
Peso Argentino ("ARS\$")	0,029510	0,054200

As moedas locais utilizadas na condução dos negócios da Companhia estão sujeitas a volatilidade e controles cambiais.

A maioria dos países da América Latina experimentou historicamente, e pode continuar a experimentar no futuro, altas taxas de inflação, o que pode levar a uma maior intervenção governamental na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Argentina, Chile e México, que juntos representaram 20,2% de nossa receita líquida em 2022, sofreram volatilidade e desvalorizações significativas no passado.

Desde 1º de julho de 2018, as operações argentinas foram classificadas como altamente inflacionárias, nos termos do CPC 42 (IAS 29) - Contabilidade em economia hiperinflacionária, e usamos o peso argentino como moeda funcional de nossas subsidiárias na Argentina. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a taxa de inflação na Argentina foi de 94,8%. Utilizamos a taxa INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina*) para ajuste do balanço patrimonial e posteriormente fazemos a conversão para real para consolidação na Companhia, que é a moeda de apresentação.

4.3 Receitas de contratos com clientes

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma determinada receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Assim, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços prestados. Determinar o momento da transferência de controle - em um determinado momento ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Receita de serviços

As receitas de serviços da Companhia compreendem toda gestão de e-commerce de seus clientes, incluindo, mas não se limitando à gestão de plataformas, gestão comercial, gestão de carteira de clientes, gestão logística e transporte, gestão do atendimento ao cliente e aos consumidores finais, registro de produtos e produção de conteúdo, gestão de mídia digital e gerenciamento de projetos digitais.

Há principalmente dois fluxos de receita que a Companhia segrega suas receitas: (i) receita de serviços (comissão) relacionados à venda de produtos dos clientes, que podem envolver um ou uma combinação de serviços prestados pela Companhia, mas sempre vinculados à venda do produto do cliente – a receita mais significativa da Companhia, e (ii) receita de outros serviços.

Para a receita de serviços relacionados à venda de produtos de seus clientes, a Companhia atua como um agente nos contratos firmados com seus clientes, nas transações que envolvem a venda de produtos do cliente, conforme CPC 47/IFRS 15. Como resultado da intermediação e prestação dos serviços a Companhia cobra uma comissão. Embora possa envolver serviços combinados, a obrigação de desempenho será cumprida com a venda de mercadorias do cliente, quando o produto do cliente é entregue ao consumidor final e o recebimento deste produto é aceito (em um momento específico – *at a point time*).

Principais pontos do contrato: (i) serviços que farão parte do escopo contratado do Cliente, como por exemplo, tecnologia *omnichannel*, *fullfilment* e *fintech*; (ii) a comissão que será cobrada ao aplicar o percentual sobre cada produto vendido no *website* do cliente ao consumidor final. Este percentual varia de acordo com a quantidade de serviços contratados; e (iii) condições de pagamento e transferência de recebimentos dos produtos vendidos (GMV).

Outros serviços, que não estão vinculados ao serviço de gestão logística e de transportes dos produtos do cliente, são reconhecidos quando o valor de receita pode ser estimado de forma confiável, os prováveis benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia, e a etapa de conclusão da transação no final do período de relatórios pode ser mensurada de forma confiável, bem como quando seu valor e custos puderem ser mensurados confiavelmente. Os preços dos serviços são estabelecidos com base em ordens de serviços ou contratos. Todos os serviços são prestados em um curto período, principalmente dentro de um mês.

4.4 Adiantamento de fornecedores

Os acordos com os clientes deixam claro que, mesmo que a Companhia compre / gerencie os produtos do cliente, não há risco nem benefícios para a Companhia, uma vez que pode ser devolvida a qualquer momento em caso de término das operações e a Companhia não tem o poder para definir o preço e quantidade dos produtos do cliente, que são vendidos exclusivamente nos sites de seus clientes. No entanto, a Companhia entende que contratualmente a operação e o serviço para o cliente equivalem a atuar como um agente na transação, conforme explicado na nota 4.3.

Como consequência, o “adiantamento de fornecedores” é reconhecido ao custo de aquisição das notas fiscais emitidas pelo fornecedor de mercadorias, que também é cliente da Companhia neste caso, contra a conta de "fornecedores". a Companhia possui os direitos legais sobre o "adiantamento de fornecedores" que somente é liquidado pelo custo de aquisição quando o produto do cliente é vendido e entregue ao consumidor final, e "fornecedores" são liquidados somente quando a Companhia recebe o valor do consumidor final pela venda.

4.5 Fornecedores - Risco sacado

A Companhia celebrou contratos de risco sacado com instituições bancárias, pelo qual os bancos se comprometem a pagar valores ao fornecedor referentes a faturas devidas pela Companhia, que liquidará tal valor com o banco em vencimento posterior.

Uma vez que o fornecedor recebe o dinheiro do parceiro bancário, o Grupo é legalmente liberado da obrigação para o fornecedor e os seguintes passos não realizados:

- Desreconhecimento das contas a pagar originais e reconhecimento de novas contas a pagar.
- Classificação dos fluxos de caixa correspondentes na demonstração dos fluxos de caixa.

O novo passivo com o parceiro bancário é contabilizado no momento do desreconhecimento da dívida original com o fornecedor, sendo então classificadas como passivos financeiros ao custo amortizado e apresentado como um empréstimo, uma vez que a sua natureza é a de conceder financiamento à Companhia. Portanto, as saídas de caixa para tais acordos são classificadas como fluxos de caixa de financiamento.

4.6 Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefícios de longo prazo a empregados

Obrigações de benefícios de longo prazo a empregados passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável e provisionados no Passivo, reconhecidas como despesas de pessoal conforme andamento do contrato.

(iii) Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(iv) Acordos de pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos executivos é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e desempenho serão atendidas de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

4.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimentos de aplicações financeiras, ganhos líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros, descontos obtidos e atualização monetária.

As despesas financeiras compreendem despesas com multa, atualização monetária, juros sobre empréstimos e debêntures, antecipação de recebíveis, arrendamento e contraprestação contingente.

A receita ou despesa com juros são reconhecidas utilizando o método de juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados através da vida esperada do instrumento financeiro para o custo amortizado do passivo financeiro.

4.8 Imposto de renda e contribuição social

(i) Brasil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A Companhia determinou que os juros e as penalidades relativas ao imposto de renda e à contribuição social, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados nos termos do CPC 25 / IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(ii) América latina:

Depois do Brasil, as operações da Argentina apresentaram maior relevância no exercício de 2022.

Em 23 de dezembro de 2019, o congresso argentino aprovou uma lei que mantém a alíquota do imposto de renda corporativo de 30% por 2 anos, em vez de reduzir a alíquota para 25% conforme estabelecido na lei anterior.

A lei também mantém a taxa de retenção de dividendos na fonte de 7% por mais dois anos para os lucros acumulados durante o ano fiscal a partir de 1º de janeiro de 2020, ao invés da aplicação da alíquota de 13% conforme previamente estabelecido.

Em relação aos direitos de exportação, a nova lei reduziu o percentual de 12% (considerando o referido limite, a alíquota efetiva do imposto era equivalente a 6,7% em 31 de dezembro de 2019) a 5% sem limite e prorrogou a aplicação do imposto de exportação até 31 de dezembro de 2023.

(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se determinados critérios forem atendidos.

4.9 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos implementados, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e quantidade residual, são revisados no final de cada ano, ou quando há mudanças significativas sem um padrão esperado, como em casos específicos relevantes e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como alterações nas estimativas contábeis, de acordo com a necessidade.

A depreciação é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

4.10 Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Plataforma

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada para abater dos custos dos ativos intangíveis, líquido dos seus valores residuais estimados, usando o método linear sobre a vida útil estimada, e é geralmente reconhecida no resultado.

- Ágio não é amortizado.
- Plataformas e carteira de clientes a vida útil utilizada é de 3 a 7 anos.
- Cláusula de não competição e marca amortizam de acordo com o contrato, a vida útil utilizada é de 3 a 5 anos.

A amortização é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

	Anos
Contratos de clientes	5 a 7
Plataforma	3 a 7
Cláusula de não competição	3
Marcas e patentes	5

4.11 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja o contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente medido a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente – Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a menos que a Companhia mude seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

(iii) *Classificação e mensuração subsequente – Ativos financeiros – Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principais e juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa:

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(iv) Classificação e medição subsequente – Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento – Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(vi) Compensações

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vii) Valor recuperável (impairment) dos ativos financeiros

A Companhia aplica o método simplificado para avaliar se reconhece uma perda de crédito esperada para os ativos financeiros.

A Companhia avalia se existe uma perda histórica de crédito para aplicar a matriz de provisionamento com base nos dados históricos de perda de crédito e nos recebíveis vencidos.

Os únicos ativos financeiros sujeitos à análise de valor recuperável são os saldos de contas a receber de clientes, que são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito. Os montantes dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao crédito.

Por essa razão, a Companhia não havia reconhecido nenhuma perda de crédito esperada para os ativos financeiros. Além disso, a taxa histórica de perdas da Companhia não é significativa, não há inadimplência financeira significativa, e não se espera perdas significativas com base no modelo negócio operacional da Companhia.

Para as demais contas a receber a Companhia provisiona os títulos vencidos há mais de 90 dias, gerando assim uma provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”), vide nota 7. Para os saldos provisionados a Companhia atua com uma cobrança ativa junto aos clientes com a finalidade de recuperar estes saldos vencidos.

(viii) Valor recuperável (impairment) de ativos não-financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O ágio é testado anualmente para o valor recuperável.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para o exercício de 2022 a Companhia revisou a alocação das UGCs para refletir o cenário atual da Companhia, saindo de uma visão individual por empresa para uma visão consolidada por país, dada a forma atual com que são geridas e as tomadas de decisões concentradas na mesma gestão. Além disso, foi levado em consideração a utilização do caixa, bem como a geração de caixa dos contratos, onde a Companhia concluiu que são concentradas e disseminadas nas empresas do mesmo país e sob a mesma gestão. Sendo assim, a Companhia dividiu as UGCs em: (i) UGC Brasil; (ii) UGC Latam – Argentina; e (iii) UGC Latam – Chile.

4.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de fiscalizações ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. São classificados como passivo circulante, a menos que tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

4.14 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que os de bens e equipamentos. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(ii) Arrendamento de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer o direito de uso de arrendamentos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamentos como uma despesa linear ao prazo do uso do ativo.

4.15 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.16 (Prejuízo) lucro por ação

O (prejuízo) lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

O (prejuízo) lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo quaisquer custos de manutenção de ações que não sejam ações ordinárias; pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustadas por um componente de bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano, ações planejadas a serem emitidas na formação do novo veículo com a oferta pública de ações, excluindo ações em tesouraria.

4.17 Mudança nas políticas contábeis

Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia apresentava os pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos, incluindo antecipação de recebíveis, debêntures e arrendamento como atividade operacional nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia reavaliou a apresentação dos pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos, incluindo antecipação de recebíveis, debêntures e arrendamento e passou a apresentar como atividade de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa, pois considera que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros e entende que tal classificação melhor representa os fluxos de recursos e fornece informações mais relevantes aos usuários das demonstrações financeiras. Tal mudança foi aplicada retrospectivamente e, portanto, a Companhia está rerepresentando para o período comparativo, conforme a seguir:

Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa	31/12/2021	Reclassificação pela alteração da política contábil	31/12/2021 (Revisado)
Atividade operacional			
Contas a receber	48.434	1.736	50.170
Juros pagos sobre arrendamentos	(5.751)	5.751	-
Juros pagos sobre empréstimos	(6.201)	6.201	-
Total de caixa usado nas atividades operacionais	(86.388)	13.688	(72.700)
Atividade de financiamento			
Custos de antecipação de recebíveis	-	(1.736)	(1.736)
Juros pagos sobre arrendamentos	-	(5.751)	(5.751)
Juros pagos sobre empréstimos	-	(6.201)	(6.201)
Total de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	935.295	(13.688)	921.607

Não houve impacto nas demonstrações financeiras individuais da controladora, apenas no consolidado conforme apresentado acima.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	12	44.658	49.022	54.924
Aplicações financeiras	126.997	66.010	229.874	66.010
	127.009	110.668	278.896	120.934

Caixa e equivalentes de caixa são quaisquer títulos de curto prazo com prazos de vencimento de 90 dias ou menos. A Administração da Companhia define "Caixa e equivalentes de caixa" como valores mantidos com o objetivo de cumprir compromissos financeiros de curto prazo, ao invés de investimentos ou outros fins.

As aplicações financeiras são facilmente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a riscos significativos de variação de valor, e são registrados a valores de custo mais rendimento acumulado até datas de balanço não superior ao valor de mercado ou realização. As aplicações financeiras do grupo referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB), reajustados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, remunerado a uma taxa anual média de 102,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107% do CDI em 31 de dezembro 2021).

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para esses ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa 28.

6 Aplicações financeiras

a. Composição

Instituição/Tipo	Quantidade	Valor cota R\$ - mil	Consolidado	
			31/12/2022	31/12/2021
Tesouro SELIC	5	12.520	63	-
Tesouro SELIC	5	12.520	63	-
Tesouro SELIC	30	12.520	376	-
Tesouro SELIC	20	12.500	250	-
Tesouro SELIC	-	-	752	-
Letras Financeiras do Tesouro (13,15%)	235	4,02	945	-
LTN - Tesouro Prefixado	-	-	945	-
Itaú FI	-	-	-	75.381
Santander FI	-	-	-	13.727
Bradesco FI RF DI Fe	282.685	0,01	4.010	-
Argentina	-	-	7.348	-
Fundos de investimentos	-	-	11.358	89.108
J.P.Morgan (95% CDI)	110.327	0,01	1.168	-
Conta escrow	-	-	1.168	-
Aplicações financeiras	-	-	14.223	89.108

b. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	89.108
Aplicação	1.100	53.488
Resgate financeiro	-	(128.653)
Imposto de renda	-	(2.168)
Rendimentos sobre aplicação	68	2.448
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.168	14.223

7 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de operadoras de cartão de crédito (i)	250.539	26.784
Contas a receber de clientes (ii)	164.472	346.630
Contas a receber FIDC (iii)	19.886	10.889
Contas a Receber	434.897	384.303
PECLD – FIDC	(2.210)	(258)
PECLD – demais recebíveis	(1.235)	(1.235)
PECLD (iv)	(3.445)	(1.493)
	431.452	382.810

- (i) Correspondem às contas a receber das vendas através de cartão de crédito, que a Companhia recebe em montantes, prazos e parcelas definidas no momento da venda dos produtos dos clientes. Esse valor corresponde a Venda Bruta de Mercadoria (*GMV – Gross Merchandise Volume*) referente às vendas de produtos dos clientes nos respectivos sites de *e-commerce* operados pela Companhia. A Companhia realizou antecipação de cartões em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 1.511.743 (R\$ 126.241 em 31 de dezembro de 2021), onde transfere para as operadoras de cartão de crédito e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos consumidores e, assim, liquida antecipadamente estas contas a receber.
- (ii) As contas a receber dos clientes, correspondem ao rebalanceamento da margem em que o produto do cliente foi vendido nos diferentes sites de *e-commerce* para o consumidor final por um preço abaixo do negociado na formação da margem do produto quando da negociação entre a Companhia e o cliente. Como os contratos garantem uma margem mínima para a Companhia, visto que a Companhia atua como agente na operação, então a margem é rebalanceada mensalmente. Conforme mencionado na nota explicativa 15, este valor é liquidado contra a conta de “fornecedores”, onde a Companhia possui os valores a pagar para os respectivos fornecedores.
- (iii) Referem-se às aquisições de direitos creditórios oriundos das operações com o FIDC. Constituem-se, através do duplo endosso do recebível por uma das controladas da Companhia, que outrora comprou o recebível dos clientes B2B e B2C, atribuindo uma taxa de desconto acordada.
- (iv) Conforme critérios estabelecidos na nota explicativa 28.

As contas a receber da Companhia são apresentadas juntamente com os valores em aberto de Venda Bruta de Mercadoria (*GMV – Gross Merchandise Volume*) e a Companhia retém os valores relativos às comissões. Dessa forma, em geral, a diferença entre o valor que a Companhia recebe com a venda dos produtos dos clientes e o valor que a Companhia paga aos fornecedores é o valor efetivo referente à comissão dos serviços fornecidos pela Companhia atuando como um agente da transação.

Abaixo apresentamos a movimentação da PECLD:

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	-	(1.493)
Adição	(1.493)	(1.998)
Baixas		46
Saldo final	(1.493)	(3.445)

8 Adiantamento a fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores (i)	138.614	88.178
Outros adiantamentos a fornecedores	2.572	-
	141.186	88.178

(i) Corresponde ao saldo de mercadoria dos clientes, do qual a Companhia atua como agente na transação.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (i)	-	-	82.404	86.216
PIS e COFINS	-	-	41.712	29.746
IRPJ e CSLL sobre saldo negativo	5.148	2.621	14.333	7.915
Impostos Argentina	-	-	10.696	1.387
IRRF	993	-	1.464	1.087
Impostos México	-	-	66	189
Outros impostos	-	-	2.706	4.859
	6.141	2.621	153.381	131.399
Circulante	6.141	2.621	123.695	85.266
Não Circulante	-	-	29.686	46.133
	6.141	2.621	153.381	131.399

(i) O valor de R\$ 82.404 é referente ao ICMS DIFAL gerado nas operações interestaduais. Parte destes créditos em que esses impostos não estão incluídos na margem da Companhia negociada com o cliente faz parte de um valor a ser reembolsado ao cliente. Desta forma, a Companhia reembolsa este crédito ao fornecedor dos produtos, que são os clientes. O mesmo valor a ser reembolsado é reconhecido no balanço, que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 28.577 (R\$ 22.685 em 31 de dezembro de 2021), vide em “outras contas a pagar” – nota 22.

10 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (Revisado)	31/12/2022	31/12/2021 (Revisado)
Ativo indenizatório (i)	69.780	69.780	69.780	69.780
Adiantamento Distr. de Lucro Synapcom (ii)	-	-	-	38.736
Adiantamento de Férias	-	-	666	1.722
Outras contas a receber	-	4.258	4.897	10.151
	69.780	74.038	75.343	120.389
Circulante	-	4.258	3.509	50.609
Não circulante	69.780	69.780	71.834	69.780

(i) Trata-se de ativo indenizatório contratual que cobre o valor do passivo contingente registrado no mesmo valor em provisões para contingências (nota explicativa 20), na aquisição da Synapcom.

(ii) Refere-se a distribuição de lucros ocorridos antes da aquisição da Synapcom pela Companhia, vide revisado na nota explicativa 11.

11 Investimentos e provisão para passivo a descoberto

a. Combinação de negócios

(i) Aquisição New Retail

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 40% das ações da *New Retail Company*, passando de 21,44% para 61,44% de participação do capital da investida. Com a aquisição adicional da participação, a Companhia passou a ter o controle das operações da *New Retail*.

A aquisição proporciona a Companhia maior escala na América Latina, sinergias de custos e receitas, acesso a uma base de clientes e uma equipe qualificada, gerando crescimento interno e externo.

O preço fixo de aquisição foi de US\$ 9.000 mil (equivalente a R\$ 49.283, na data do fechamento do contrato), a ser liquidado em 3 parcelas de acordo com os termos e condições estabelecidos no instrumento de compra.

Impactos no fluxo de caixa

O total pago no período de 2021 foi de R\$ 16.428. O total apresentado nas demonstrações de fluxo de caixa é o valor pago líquido do caixa da empresa adquirida (R\$ 5.152), tendo assim um efeito de R\$ 11.276 no fluxo de caixa do exercício de 2021. Em 01 de abril de 2022 a Companhia efetuou o pagamento do saldo remanescente no total de R\$ 28.260.

Call option e Put option

No contrato de compra e venda assinado entre as partes existe uma estrutura de *put/call option* em relação à participação remanescente dos controladores anteriores.

Ambas as opções de compra e venda são calculadas a partir de um desconto em relação ao múltiplo de valor de mercado sobre a receita líquida da Companhia, o qual será aplicado sobre a receita líquida da *New Retail*.

O exercício do *call option* teve início em março de 2022 com base nos números financeiros de 2021 e pode ser exercido a qualquer momento desde que exercida a totalidade da participação remanescente de 38,56%, pelo valor a ser calculado com base no múltiplo definido sobre a receita líquida dos 12 meses do exercício anterior ao exercício da opção de compra.

O desconto inicial é de 20% e vai reduzindo ao longo dos anos (2,5% por ano) até atingir o limite de 10%.

O *call option* tem um *valuation floor* de US\$ 27.000 mil que aumenta 20% ao ano.

O contrato ainda prevê uma cláusula de penalidade em função da saída dos fundadores da gestão da empresa, onde será aplicado um desconto de 20% sobre o valor calculado da *call option* caso qualquer um dos quatro fundadores deixe a empresa no ano de 2022, decrescendo em 5% em cada um dos períodos subsequentes (20%, 15%, 10% e 5%) até chegar a zero em 2026. O percentual de desconto será multiplicado pela quantidade de fundadores que deixar a empresa no mesmo ano de exercício, ou seja, percentual de desconto máximo de 80%, 60%, 40% e 20%, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhum ex-sócio retirou-se da Companhia.

O exercício do *put option*, por sua vez, inicia-se em março 2023, baseado na receita líquida do exercício anterior ao do exercício da *put*, e pode ser exercido em 4 tranches de 9,64% ao ano, percentual de participação esse que caso não exercido em totalidade pelos fundadores da *New Retail* em cada um dos períodos, pode ser acumulado para o período subsequente de exercício da *put*, até o último ano previsto de exercício no contrato (2026). O desconto do múltiplo de receita líquida do *put option* começa em 30% e decresce ao longo dos anos até o patamar de 20%. O desconto da *put option* pode variar em função de algumas variáveis, como crescimento da receita líquida e margem EBIT (ambos indicadores da *New Retail*).

A cláusula de penalidade mencionada acima aplicável ao *call option* também se aplica à *put option*, sendo que os percentuais de desconto são os seguintes: 15% caso qualquer fundador saia em 2023, 10% caso qualquer fundador saia em 2024 e 5% caso qualquer fundador saia em 2025.

O percentual de desconto também será multiplicado pela quantidade de fundadores que deixar a empresa no mesmo ano de exercício, ou seja, percentual de desconto máximo de 75%, 50% e 25% para a *put option* neste caso, respectivamente.

A Companhia adotou o método de aquisição antecipada, no qual é reconhecida a consolidação da empresa em 100%. Neste caso, a Companhia registrou o passivo financeiro decorrente da *put option* em contrapartida do ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Com o método de aquisição antecipada a *call option* não foi registrada conforme determinado pela norma contábil CPC 36 / IFRS 10 e o passivo financeiro referente a *put option* foi estimado pelo *fair value* das opções, utilizando a taxa média de desconto de 7,44%, possibilitando a mensuração do valor justo do passivo. O valor total da *put option* na data da combinação de negócios foi estimado em R\$ 70.254.

Parte da *put option* está relacionada à remuneração a ser paga aos fundadores da adquirida, já que o contrato possui a cláusula de penalidade em caso de não permanência deles, conforme descrito acima. Então, a Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de negócios, o montante de R\$ 50.938 como parte da combinação de negócios a título da *put option*, registrado na rubrica de Instrumentos financeiros, e R\$ 19.316 a ser reconhecido como transação separada representada pela remuneração pós-combinação, a ser reconhecido como custo de remuneração durante o período de 1 de fevereiro de 2021 a 31 de dezembro de 2025, numa base mensal. O impacto dessa despesa no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.911.

Remensuração subsequente

A Companhia realizou a remensuração subsequente, calculando o valor justo da put option para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o valor justo da put option foi de R\$ 64.273, sendo o efeito dos R\$ 13.335 registrado no patrimônio líquido. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a remensuração, calculando o novo valor justo da *put option* para R\$ 72.262, sendo o efeito dos R\$ 7.989 registrado no patrimônio líquido.

(ii) Aquisição Summa e Sigurd

Em 15 de julho de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a subsidiária *New Retail LLC* adquiriu 100% das quotas das empresas *Summa Solutions S.R.A L. & Sigurd S.A.P.I. de C.V.*, em conjunto “*Summa*”, localizadas na Argentina e no México, respectivamente. As empresas adquiridas atuam no ramo de tecnologia da informação com ênfase na prestação de serviço de suporte, customização e implantação de software no *e-commerce*. As empresas irão agregar ao negócio da *New Retail LLC* que não possuía operações especializadas neste ramo, que passará, a partir desta aquisição, a ser oferecido pela *Summa*. A expectativa com o negócio é de que a *New Retail LLC* passe a oferecer para seus clientes, através da *Summa*, serviços de suporte, customização e implementação de *software* para *e-commerce*, *expertise* que antes da aquisição a *New Retail LLC* não possuía.

O preço fixo de aquisição foi de US\$ 9.000 mil (equivalente a R\$ 48.949, na data do fechamento do contrato), a ser liquidado em duas partes sendo: (i) US\$ 2.000 mil em ações da *New Retail LLC*; e (ii) US\$ 7.000 em 4 parcelas sendo elas no ato da compra, 01 de julho de 2022, 15 de junho de 2023 e 17 de julho de 2023.

Impactos no fluxo de caixa

No dia 1 de julho de 2022, a Companhia efetuou o pagamento da segunda parcela no montante de R\$ 9.359.

(iii) Aquisição Tatix

Em 10 de agosto de 2021 foi celebrado o contrato de compra e venda onde a subsidiária IFC Ltda. adquiriu 100% das quotas da Tatix Comércio e Participações Ltda, denominada “Tatix”.

Fundada em 2013, a Tatix oferece toda a infraestrutura e orientação para construir a presença digital de grandes marcas, com projeto, desenvolvimento e manutenção tecnológica, logística e gestão de transportes, consultoria estratégica, desenvolvimento de conteúdo, gestão e operação de marketing digital, meios de pagamento, programa de pontos e relacionamento, atendimento ao cliente, gestão fiscal e jurídica.

A Tatix traz ao ecossistema da Infracommerce soluções tecnológicas avançadas como um exclusivo sistema proprietário, que suporta projetos de *omnichannel* e permite o processo de “uberização” na escolha da revenda para atendimento, além de um *seller center* para facilitar a interação dos revendedores participantes do canal através de um *front-end* simplificado, gestão de conteúdo de produtos e controle financeiro consolidado.

Essas competências passam a integrar o ecossistema de soluções da Infracommerce, com sinergia e potencial de *cross-sell* para seus mais de 200 clientes, tornando a oferta de serviços ainda mais completa.

Com essa aquisição, a Infracommerce reforça seu portfólio de serviços e se consolida como o maior *player* de *Customer Experience as a Service (CXaaS)* em B2C no Brasil e América Latina, além de aumentar sua presença em projetos de B2B. A escala da combinação do negócio permitirá a captura de diversas sinergias adicionais.

O preço fixo de aquisição foi de R\$ 120.685, a ser liquidado nos termos e condições constantes do instrumento de aquisição.

Os principais quotistas e executivos da Tatix continuarão no comando das operações por pelo menos um ano e terão direito a um valor adicional (*earn-out*) de acordo com o desempenho da Tatix de setembro de 2021 a setembro de 2022. O valor do *earn-out* depende diretamente da receita bruta da empresa e é previsto entre R\$ 5.000 e R\$ 36.000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 27.500. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita bruta para 2021 e 2022, a mesma utilizada para apurar o fluxo de caixa descontado da combinação de negócios, as quais foram feitas utilizando como base taxa real.

A Administração efetuou um acordo com os antigos quotistas para a quitação antecipada do valor do *earn-out*, apurado em R\$ 33.000. Como o pagamento deveria acontecer somente em 2022, a Companhia descontou este montante a valor presente chegando em um total a ser pago de R\$ 30.261. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi pago um montante de R\$ 20.000, ficando um saldo remanescente de R\$ 10.261 a ser pago via conta *scrow* em 2023. Com isso, o *earn-out* é substituído pelo contas a pagar na aquisição de controladas. Não tivemos pagamentos durante o período até 31 de dezembro de 2022.

(iv) Aquisição Synapcom

No dia 26 de novembro de 2021 a Companhia obteve controle da operação adquirindo 100% (cem por cento) do capital social da Synapcom Comércio Eletrônico S.A., Synapcom Soluções de e-commerce Ltda. e Synapcom Consultoria Ltda. (juntas “Synapcom”), uma companhia um grupo de empresas especializado no desenvolvimento e operacionalização de projetos para e-commerce, com ampla gama de soluções tecnológicas e operacionais e com, com mais de 60 clientes em sua carteira.

A Synapcom reúne as especialidades necessárias para a jornada de digitalização completa: do planejamento à gestão de canais de *e-commerce*; operação da plataforma à integração do ecossistema digital; incluindo melhores práticas logísticas e *marketing* digital. Atualmente, a Synapcom possui mais de 1.200 colaboradores e movimenta mais de 15 milhões de itens em sua operação.

O preço de aquisição total foi de R\$ 1.118.996, sendo: (i) pagamento em caixa na data do fechamento da transação no valor de R\$ 560.000; (ii) R\$ 226.087 a pagar conforme termos do contrato, devido o aditamento do contrato adicionamos os vencimentos atualizados abaixo; (iii) R\$ 394.637 em emissão de 25.268.472 de ações da Companhia ao preço unitário de R\$ 15,83, representando aproximadamente 10% do capital social da Companhia e; (iv) R\$ (14.394) referente ao ajuste de preço pós fechamento, conforme previsto no contrato.

O Contrato prevê um bônus de subscrição para os ex-acionistas minoritários de até 1.681.359 ações em 2 tranches, sendo a primeira com 12 e a segunda com 18 meses, nas quantidades de 1.120.907 e 560.452 respectivamente, totalizando R\$ 22.936. Esse bônus está atrelado à permanência dos minoritários na administração da Companhia.

O bônus de subscrição está relacionado à remuneração a ser paga aos minoritários da adquirida para que prestem serviços à Companhia durante esse período, já que o bônus de subscrição será cancelado proporcionalmente no caso de algum deles deixar ou parar de prestar serviços. Então, a Companhia considerou o bônus de subscrição, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de negócios, como transação separada representada pela remuneração por serviços pós-combinação, reconhecido como custo de remuneração. O valor justo calculado da operação em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 22.936, o qual será reconhecido no resultado numa base mensal durante o período de 26 de novembro de 2021 a 31 de abril de 2023. O total de despesa reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referente ao bônus de subscrição, é de R\$ 20.212.

Após fechamento do exercício de 2021 foi realizado o cálculo do ajuste de preço pós fechamento com base na dívida líquida de 30 de novembro de 2021, conforme contrato, resultando no valor de R\$ 61.728 a receber pela Companhia, registrado na rubrica de “outras contas a receber” no balanço patrimonial, uma vez que a Companhia irá receber esse valor antes do pagamento da parcela diferida. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia fez um aditivo ao contrato junto aos vendedores, onde o valor de ajuste de preço firmado foi de R\$ 14.394. Veja detalhes mais abaixo.

Como parte do processo de aquisição, foi identificado um passivo contingente referente aos processos fiscais, previdenciárias e trabalhistas. A Companhia registrou o montante de R\$ 69.780 conforme nota 19, referente a tais passivos contingentes como parte da combinação de negócios. Conforme item 23 do CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios, “O adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios se ele for uma obrigação presente que surge de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade, portanto, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação. Como a Companhia possui o direito contratual de indenização junto aos ex-acionistas, que cobre os processos e montantes estimados, foi registrado um ativo indenizatório no mesmo montante na rubrica outros contas a receber do ativo, veja nota 9.

Aditamento do contrato de Compra e Venda

No dia 09 de setembro de 2022, a Companhia firmou um aditamento do contrato com os vendedores. Fez parte desse aditamento o acordo quanto ao ajuste de preço chegando no total de R\$ 14.394 a receber pela Companhia e a repactuação da parcela diferida, que possuía um único vencimento em novembro de 2022, e foi alterada para: i) um pagamento antecipado de R\$ 112.249, sendo que R\$ 93.541 foi usado pelos vendedores exclusivamente para aportar na Companhia por meio do aumento de capital privado divulgado em fato relevante ao mercado no dia 11 de agosto de 2022 e R\$ 18.708 como pagamento da dívida para os vendedores; ii) o saldo remanescente no valor de R\$ 123.390 da dívida abatido do valor do ajuste de preço será dividido em duas partes, uma de R\$ 78.713 e outra de R\$ 44.676. O primeiro valor será pago em 3 parcelas anuais no valor de R\$ 26.238, sendo a primeira com vencimento em 22 de novembro de 2022, corrigida pelo CDI + 4% e as demais corrigidas pelo CDI + 2%. A segunda parte será paga em parcelas semestrais no valor de R\$ 14.892, sendo a primeira com vencimento em 03 de julho de 2023, corrigido pelo CDI.

Em decorrência do ajuste de preço mencionado acima, a Companhia atualizou a contabilização de combinação de negócios, dentro do período de mensuração, e refletiu os efeitos do ajuste de preço no período comparativo. Veja os efeitos abaixo:

Balanco Patrimonial Ativo	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	Ajuste combinação de negócio	31/12/2021 (Revisado)	31/12/2021	Ajuste combinação de negócio	31/12/2021 (Revisado)
Outras contas a receber	66.038	(61.780)	4.258		(61.780)	50.609
Total ativo circulante	179.327	(61.780)	117.547	882.799	(61.780)	821.019
Investimentos em controladas Itangível	1.705.920	47.386	1.753.306	-	-	-
Total ativo não circulante	1.785.796	47.386	1.833.182	1.546.585	47.386	1.593.971
Total ativo	1.965.123	(14.394)	1.950.729	2.761.538	(14.394)	2.747.144
Passivo						
Contas a pagar pela combinação de negócios	259.555	(14.394)	245.161	300.834	(14.394)	286.440
Total do passivo circulante	268.694	14.394	254.300	886.641	(14.394)	872.247
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.965.123	(14.394)	1.950.729	2.761.538	(14.394)	2.747.144

Impactos no fluxo de caixa

Em 2022 a Companhia efetuou pagamentos para os vendedores totalizando o montante de R\$ 139.888 no ano.

(v) **Aquisição Tevec**

Em 28 de janeiro de 2022 foi celebrado o contrato de compra e venda, onde a subsidiária *Infracommerce Negócios e Soluções Ltda.* adquiriu 100% das quotas da empresa *Tevec Sistemas S.A.*, “Tevec”, localizada no Brasil. A Tevec traz ao ecossistema da Infracommerce soluções de Machine Learning e algoritmos analíticos de processamento de Big Data que, através do uso de Inteligência Artificial (IA), permitem a automação de análise para tomada de decisões de abastecimento, compras, campanhas e preços. Entre os pontos fortes da Tevec estão a arquitetura autônoma e eficiente de processamento de massa de dados, algoritmos de IA de reconstrução de dados e algoritmos de IA de previsão de consumo.

Além de um time experiente de *data scientists* e *data engineers*, a Tevec complementa a oferta da Infracommerce, principalmente no segmento de B2B onde a tecnologia proprietária de plataforma é embarcada com funcionalidades de BI, e permite à Infracommerce avançar na otimização de *inventory management* dos seus clientes, reduzindo ruptura e impulsionando o GMV das operações atuais.

O preço de aquisição total foi de R\$ 45.000, sendo: (i) pagamento em caixa na data do fechamento da transação no valor de R\$ 5.691; (ii) R\$ 39.309 a pagar referente a parcela variável (*earn-out*) em 30 de abril de 2025. O pagamento variável (*earn-out*) depende diretamente da receita anual bruta da Tevec ou Unidade Tevec e é previsto entre R\$ 5.000 e R\$ 75.000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 39.309. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita bruta para 2022 e 2023, a mesma utilizada para apurar o fluxo de caixa descontado da combinação de negócios, as quais foram feitas utilizando como base taxa real.

Parte do *earn-out* está relacionada à remuneração a ser paga aos fundadores da adquirida, já que o contrato possui a cláusula de penalidade em caso de não permanência deles. Então, a Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de negócios, o valor de R\$ 23.492, atualizado a valor presente atingindo um total de R\$ 18.294, que fez parte da mensuração do ágio sobre a transação, e R\$ 15.817 a ser reconhecido como transação separada representada pela remuneração pós-combinação, a ser reconhecido inicialmente como custo de remuneração durante o período de 1º de fevereiro de 2022 a 1º de março de 2024, numa base mensal. A Companhia reconheceu no resultado do exercício uma despesa correspondente a integralidade do valor, no montante de R\$ 15.817, e deixou de ter essa despesa mensal, devido ao Termo de cessão de direitos firmado com os fundadores mencionado mais abaixo.

Caso as subsidiárias adquiridas fossem consolidadas desde 1º de janeiro de 2022, a demonstração do resultado consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2022 teria uma receita líquida de R\$ 891.593 e um prejuízo de R\$ 247.092.

Termo de cessão de direitos

No dia 13 de setembro de 2022, a Companhia firmou um Termo de cessão de direitos com os vendedores fundadores da empresa adquirida, cedendo o direito sobre o *earn-out* que os fundadores possuíam, para a Companhia, por um valor fixo no total de R\$ 13.980 para os dois fundadores. Deste montante, R\$ 9.330 foi pago pela Companhia nos dias 14 e 21 de setembro de 2022, dos quais R\$ 2.320 foi usado exclusivamente para o aumento de capital privado na Companhia conforme fato relevante publicado ao mercado no dia 11 de agosto de 2022 e o saldo remanescente utilizado para compras de ações direto no mercado. O saldo remanescente da dívida no total de R\$ 4.650 foi pago em uma parcela em outubro de 2022 no valor de R\$ 1.650 e o restante será pago 30 de abril de 2026.

Como resultado desse Termo de cessão de direitos, a Companhia remensurou a parcela referente ao custo de remuneração pós-combinação no valor inicial de R\$ 15.817, que seria registrada numa base mensal no resultado contra o passivo conforme mencionado mais acima, com base no valor justo deste Termo, que foi para R\$ 13.980. Como decorrência do Termo e pelo fato de a Companhia ter adquirido a cessão do *earn-out*, a despesa foi integralmente registrada no resultado e o passivo integralmente registrado e parcialmente pago conforme condições mencionadas no parágrafo anterior.

Impactos no fluxo de caixa

O total pago até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 17.304. O total apresentado nas demonstrações de fluxo de caixa é o valor pago líquido do caixa da empresa adquirida (R\$ 45), tendo assim um efeito de R\$ 17.259.

(vi) Brandlive Colombia

Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu, por meio da New Retail LLC, 60% adicionais das ações representativas do capital da Brandlive Colombia S.A., na qual a Companhia já tinha participação indireta de 40%, passando então a deter 100% de participação.

O preço fixo de aquisição foi de US\$ 2.892 mil (equivalente a R\$ 15.616 na cotação da moeda a época da transação) a ser liquidado de acordo com os termos e condições estabelecidos no instrumento de compra, conforme abaixo:

- (i) Primeira parcela: US\$ 723 mil, sendo US\$ 150 (equivalente a R\$ 810) pago na data do fechamento da operação e US\$ 573 mil (equivalente a R\$ 3.116) pago no 5º dia útil de julho de 2022;
- (ii) Segunda parcela: US\$ 723 mil, (equivalente a R\$ 3.772) a ser pago em julho de 2023;
- (iii) Terceira parcela: US\$ 723 mil, (equivalente a R\$ 3.772) a ser pago em julho de 2024; e
- (iv) Quarta parcela: US\$ 723 mil, (equivalente a R\$ 3.772) a ser pago em julho de 2025.

Adicionalmente, os sócios fazem jus a uma contraprestação contingente (*earn-out*), caso o lucro líquido apurado resulte em um crescimento igual ou superior a 20% e EBIT acumulado de 5%, nos exercícios de 2022, 2023 e 2024. O valor justo do *earn-out* calculado pela Companhia é de US\$ 600 mil (equivalente a R\$ 3.240), que serão pagos em 3 parcelas anuais entre os anos de 2023 e 2025.

Parte do *earn-out* está relacionada à remuneração a ser paga aos fundadores da adquirida, já que o contrato possui a cláusula de penalidade em caso de não permanência deles. Então, a Companhia considerou, nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de negócios, o valor de US\$ 150 mil (equivalente a R\$ 810) dentro da combinação de negócios, e, portanto, fez parte da mensuração do ágio sobre a transação, e US\$ 450 mil (equivalente a R\$ 2.430) a ser reconhecido como transação separada representada pela remuneração pós-combinação, a ser reconhecido como custo de remuneração durante o período de 1º de abril de 2022 a 1º de março de 2025, numa base mensal. O impacto dessa despesa no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.046.

Impactos no fluxo de caixa

O total pago até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 3.926. O total apresentado nas demonstrações de fluxo de caixa é o valor pago líquido do caixa da companhia adquirida (R\$ 1.312), tendo assim um efeito líquido de R\$ 2.614.

Remensuração da participação anterior

Com a aquisição dos 60% remanescente, a Companhia passou a ter 100% das quotas e consolidar a operação. Com isso, todo o saldo do investimentos no valor de R\$ 780 referente a participação anterior de 40% foi remensurado a valor justo na data da combinação de negócios, o que gerou um ganho na remensuração registrado na rubrica de outras receitas operacionais, no valor de R\$ 8.670, conforme demonstrado abaixo:

Baixa do investimento em coligada	(780)
Remensuração da combinação de negócios	<u>9.450</u>
Ganho na remensuração do investimento na combinação de negócios (nota 25)	<u>8.670</u>

Infracommerce CXaaS S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021*

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial, na data dessas aquisições:

	<u>New Retail</u>	<u>Summa e Sigurd</u>	<u>Tatix</u>	<u>Synapcom</u>	<u>Total impacto</u>	<u>Tevec</u>	<u>Brandlive Colombia</u>	<u>Total impacto</u>
Data aquisição	29/01/2021	15/07/2021	10/08/2021	26/11/2021	31/12/2021	28/01/2022	01/04/2022	31/12/2022
Ativo								
Caixa e equivalente de caixa	5.152	1.917	10.066	7.882	25.017	45	1.312	1.357
Contas a receber	41.867	4.125	5.187	281.754	332.933	645	5.514	6.159
Adiantamento de fornecedores	-	-	20.265	77.046	97.311	-	-	-
Impostos a recuperar	-	-	7.200	45.667	52.867	81	-	81
Mútuo a receber de partes relacionadas	-	-	7.359	8.317	15.676	-	-	-
Outros ativos	4.383	5.191	926	64.602	75.102	1.115	174	1.289
Outros ativos financeiros	-	-	4.111	-	4.111	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	44.902	44.902	-	-	-
Direito de uso	1.047	-	-	12.892	13.939	-	-	-
Imobilizado	-	515	725	10.442	11.682	80	32	112
Intangível (iii)	4.136	-	4.480	7	8.623	10.083	32	10.115
Carteira de clientes (iii)	13.068	8.883	24.477	209.915	256.343	-	3.532	3.532
Não competição (iii)	-	-	4.043	-	4.043	-	-	-
Marca (iii)	-	2.833	-	29.624	32.457	20	-	20
Total Ativo	69.653	23.464	88.839	793.050	975.006	12.069	10.596	22.665
Passivo								
Fornecedores	42.631	948	23.575	428.887	496.041	113	5.125	5.238
Adiantamento de clientes	-	-	11.398	-	11.398	-	-	-
Arrendamentos	1.047	-	-	13.441	14.488	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	11.418	13.089	24.507	2.062	-	2.062
Impostos a pagar	-	-	-	71.895	71.895	247	-	247
Outros passivos	4.929	3.361	307	12.066	20.663	4.485	-	4.485
Total Passivo	48.607	4.309	46.698	539.378	638.992	6.907	5.125	12.032
Patrimônio líquido contábil a valor justo	21.046	19.155	42.141	253.672	336.014	5.162	5.471	10.632
Total do passivo e patrimônio líquido	69.653	23.464	88.839	793.050	975.006	12.069	10.596	22.665

Infracommerce CXaaS S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021*

Data aquisição	New Retail 29/01/2021	Summa e Sigurd 15/07/2021	Tatix 10/08/2021	Synapcom 26/11/2021	Total impacto 31/12/2021 (Revisado)	Tevec 28/01/2022	Brandlive Colombia 01/04/2022	Synapcom 26/11/2021	Total impacto 31/12/2022
Valor líquido dos ativos identificados (i)	(21.046)	(19.155)	(42.141)	(253.672)	(336.014)	(5.162)	(5.471)	-	(10.633)
Contraprestação transferida – valor fixo	49.283	48.949	120.685	1.166.330	1.385.247	5.691	15.616	-	21.307
Contraprestação contingente	-	-	27.500	-	27.500	18.294	810	-	19.104
Contraprestação transferida. - Remensuração da participação anterior	26.538	-	-	-	26.538	-	9.450	-	9.450
<i>Put option</i>	50.938	-	-	-	50.938	-	-	-	-
Imposto de renda diferido sobre os intangíveis identificados	4.443	-	-	-	4.443	-	-	-	-
Antecipação de dividendos – vendedores	-	-	-	-	-	-	-	38.736	38.736
Ágio (ii)	110.156	29.794	106.044	912.658	1.158.652	18.822	20.405	38.736	77.963

- (i) A Companhia adquiriu 100% dos direitos de voto da Pier 8, Tatix, Synapcom, Tevec e Brandlive Colômbia, está sob o controle da empresa a incorporação das operações no futuro. A Companhia pretende realizar a incorporação das operações destas adquiridas para aproveitar o benefício fiscal decorrente dessa operação. Portanto, por este motivo, nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido para estas aquisições.
- (ii) O ágio preliminar apurado nas aquisições ocorridas no exercício de 31 de dezembro de 2021 e no exercício findo de 31 de dezembro de 2022, compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio líquido das empresas adquiridas. O ágio é atribuível principalmente às habilidades e relacionamento com os clientes que as empresas adquiridas têm no mercado de médio porte e as sinergias que se espera obter com a integração das empresas nos negócios da Companhia do Grupo.
- (iii) As técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo dos ativos adquiridos, foram:
- (1) A carteira de clientes segue o método de excedente de lucro de vários períodos. Este método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela relação com os clientes, excluindo quaisquer fluxos de caixa relacionados com ativos contributivos.
 - (2) Marca segue o método da dispensa de royalty sobre a projeção da receita.
 - (3) A cláusula de não competição segue o método comparativo da diferença de renda (*With / Without Method*), uma forma de abordagem de renda. Este método consiste em determinar o valor presente dos principais potenciais prejuízos econômicos futuros que poderiam ocorrer como resultado direto de não se estabelecer um acordo de não competição.
 - (4) O ativo intangível da Tevec está representado por software e foi avaliado a valor justo pelo método *Royalty Relief*. Esse método consiste na avaliação de ativos intangíveis considerando o valor baseando-se na capacidade de geração de caixa que a posse do ativo pode trazer para uma empresa.

Apresentamos a seguir o fluxo de pagamento das aquisições realizadas e impacto no fluxo de caixa dos períodos:

	Controladora		Total	Consolidado					Total
	Synapcom	New Retail	Controladora	Pier	Summa	Tatix	Tevec	Brandlive Colombia	Consolidado
Fluxo de pagamento: Caixa									
Pagamento realizados em 2021, líquido do caixa adquirido	-	16.428	16.428	6.000	14.100	58.551	-	-	95.079
Pagamento ato da compra (atividade de investimento)	-	16.428	16.428	6.000	14.100	58.551	-	-	95.079
Pagamento realizados em 2022, líquido do caixa adquirido	139.888	28.260	168.148	2.131	9.359	-	17.304	3.926	199.511
Pagamento ato da compra (atividade de investimento)	-	-	-	-	-	-	5.646	2.614	8.260
Pagamento diferido (atividade de financiamento)	139.888	28.260	168.148	2.131	9.359	-	11.613	-	191.251

b. Investimento e provisão para passivo a descoberto em controladas

Empresa	Controladora								
	31/12/2021 (Revisado)				Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Amortização mais valia (i)	Resultado abrangente	31/12/2022
	Ágio	Mais valia	Patrimônio líquido	Total					
IFC Ltda.	-	-	439.626	439.626	(78.129)	-	-	-	361.497
Inframedia	-	-	(1.951)	(1.951)	-	-	-	-	(1.951)
IFC Varejo	-	-	(10.235)	(10.235)	(756)	-	-	-	(10.991)
México	-	-	(4.031)	(4.031)	77	-	-	-	(3.954)
Infrashop	-	-	2.145	2.145	(16.595)	-	-	-	(14.450)
Infrapay	-	-	100	100	(6.830)	-	-	-	(6.730)
New Retail	110.156	13.068	19.335	142.559	16.306	11.509	(2.613)	(706)	167.055
Synapcom	912.658	249.539	6.679	1.168.876	(35.864)	-	(42.899)	-	1.090.113
Total	1.022.814	262.607	451.668	1.737.089	(121.791)	11.509	(45.512)	(706)	1.580.589
Provisão para passivo descoberto				(16.217)					(38.076)
Investimentos				1.753.306					1.618.665

(i) A mais valia está relacionada à carteira de clientes identificada na mensuração dos ativos a valor justo, conforme nota explicativa 13.

Infracommerce CXaaS S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021*

Controladora

Empresa	31/12/2020	Equivalência patrimonial	Resultado abrangente	Aumento de capital social	Baixa do investimento em coligada	Remensuração do investimento	Aquisição de participação em controlada	31/12/2021 (Revisado)
IFC Ltda.	57.160	(45.534)	-	428.000	-	-	-	439.626
Inframedia	(1.917)	(34)	-	-	-	-	-	(1.951)
IFC Varejo	(3.243)	(6.992)	-	-	-	-	-	(10.235)
México	(1.753)	(619)	(1.659)	-	-	-	-	(4.031)
Infrashop	(56)	2.201	-	-	-	-	-	2.145
Finago	933	(833)	-	-	-	-	-	100
New Retail	7.914	1.660	1.153	14.494	(7.914)	26.538	98.714	142.559
Synapcom	-	2.493	-	-	-	-	1.166.383	1.168.876
Total	59.038	(47.657)	(506)	442.494	(7.914)	26.538	1.265.097	1.737.089
							Provisão para passivo descoberto	(16.217)
							Investimentos	1.753.306

Informações financeiras das investidas diretas

Controladas	%	Ativo Circulante	Não circulante	Passivo Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido
IFC Ltda.	100%	350.144	846.629	673.355	146.342	377.076	234.096	(78.129)
Inframedia	100%	-	3.443	5.294	100	(1.951)	-	-
IFC Varejo	100%	2	1.928	12.921	-	(10.991)	-	(756)
México	100%	6.993	821	6.771	-	1.043	4.921	77
Infrashop	100%	3.295	32.822	52.532	1.681	(18.096)	41.112	(16.595)
Infrapay	100%	20.282	96.601	123.612	-	(6.729)	5.507	(6.830)
New Retail	61,44%	114.915	105.391	106.270	19.673	94.363	175.415	16.306
Synapcom	100%	287.521	253.066	466.178	154.848	(80.439)	342.459	(35.864)
		783.152	1.340.701	1.446.933	322.644	354.276	803.510	(121.791)

c. Investimento em coligadas

Empresa	Participação	Equivalência patrimonial	Investimento
Brandlive Colômbia (i)	(i)	<u>20</u>	<u>-</u>
Total		<u>20</u>	<u>-</u>

- (i) Em 01 de abril de 2022, a Companhia adquiriu, por meio da New retail LLC, 60% adicionais das ações representativas do capital da Brandlive Colombia S.A., na qual a Companhia já tinha participação indireta de 40%, passando então a deter 100% de participação. O investimento foi remensurado a valor justo na data da combinação de negócios, gerando um ganho de R\$ 8.670, conforme divulgado mais acima.

12 Imobilizado

	Benfeitorias em bens de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equipamentos de Computador	Móveis e utensílios	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.185	2.112	33.757	10.025	3.725	4.912	57.716
Adições	3.454	807	30.548	2.768	8.834	3.986	50.397
Adição por combinação de negócio	31	6	32	28	14	1	112
Baixas	(54)	9	(33)	(14)	(90)	(17)	(199)
Depreciação	(335)	(252)	(5.886)	(2.168)	(790)	-	(9.431)
Transferências	643	(209)	4.637	7	(66)	(4.971)	41
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.924	2.473	63.055	10.646	11.627	3.911	98.636
Custo	7.259	2.725	68.941	12.814	12.417	3.911	108.066
Depreciação	(335)	(252)	(5.886)	(2.168)	(790)	-	(9.431)
	Benfeitorias em bens de terceiros	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equipamentos de Computador	Móveis e utensílios	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	976	723	15.271	3.458	1.521	13	21.962
Adições	1.305	480	22.043	6.819	1.618	-	32.265
Adição por combinação de negócio	1.254	1.321	204	1.858	1.290	5.755	11.682
Baixas	-	(210)	-	-	(109)	(34)	(353)
Depreciação	(350)	(202)	(3.761)	(2.110)	(595)	(822)	(7.840)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.185	2.112	33.757	10.025	3.725	4.912	57.716
Custo	4.117	2.875	41.048	13.884	2.266	5.742	72.610
Depreciação	(932)	(763)	(7.291)	(3.859)	(1.219)	(830)	(14.894)

Teste de *impairment* de ativos

A Companhia testa anualmente, no final de cada exercício, os valores recuperáveis dos ativos imobilizados que estão sujeitos à depreciação. Para o período findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum evento ou mudança nas circunstâncias que possam indicar que o valor contábil pode não ser recuperável.

13 Intangível

a. Composição

	Consolidado					
	Plataforma (i)	Ágio (ii)	Carteira de clientes (iii)	Marcas e patentes	Cláusula de não competição (v)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (revisado)	92.379	1.208.879	256.466	32.474	3.773	1.593.971
Adições	144.798	-	-	-	-	144.798
Baixas	(99)	-	-	(170)	-	(269)
Adição por combinação de negócio	10.115	77.963	3.532	20	-	91.630
Amortização	(44.439)	-	(41.400)	(8.229)	(606)	(94.674)
Transferências	(41)	-	-	-	-	(41)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	202.713	1.286.842	228.598	24.095	3.167	1.735.415
Custo	271.584	1.286.842	265.063	38.084	4.447	1.866.020
Amortização	(68.871)	-	(46.465)	(13.989)	(1.280)	(130.605)

Infracommerce CXaaS S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021*

	Plataforma (i)	Ágio (ii)	Carteira de clientes (iii)	Marcas e patentes	Ativo intangível em processo	Cláusula de não competição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.708	50.175	5.188	17	6.923	-	106.011
Adições	7.511	-	-	-	36.870	-	44.381
Adição por combinação de negócio	8.581	1.158.704	256.343	32.457	-	4.043	1.412.742
Amortização	(11.214)	-	(5.065)	-	-	(270)	(16.549)
Transferências	57.095	-	-	-	(57.095)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	105.681	1.208.879	256.466	32.474	(13.302)	3.773	1.593.971
Custo	130.113	1.208.879	261.531	32.474	(13.302)	4.043	1.623.738
Amortização	(24.432)	-	(5.065)	-	-	(270)	(29.767)

- (i) A plataforma de *e-commerce* gerada internamente apresenta rentabilidade futura após estudos realizados pela Companhia. Assim, todas as despesas incorridas para sua constituição/configuração foram capitalizadas, sendo medida pelo tempo de trabalho alocado na formatação dessas plataformas de *e-commerce*. A Administração realiza os testes de recuperabilidade anualmente desses ativos, no final do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, não identificamos eventos que impactaram significativamente o plano de negócios da Companhia e/ou que apresentasse indicativo de não realização dos ativos.
- (ii) O ágio é alocado em cada Unidade Geradora de Caixa ("UGC") e anualmente no final de cada exercício submetido a uma avaliação de sua recuperabilidade ou, quando há algum indicativo de que a unidade geradora de caixa está com baixo desempenho. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa ficar abaixo do seu valor contábil mais o ágio alocado a ela, a imparidade é previamente atribuída à redução do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos demais ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil, de cada um desses ativos.
- (iii) Preço alocado nas combinações de negócios, conforme nota explicativa 11.
- (iv) Transferência entre as contas de imobilizado e intangível.

b. Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo como segue:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
	Ágio	Revisado Ágio
Pier 8	-	50.175
New Retail	-	110.156
Summa e Sigurd	-	29.794
Tatix	-	106.044
Synapcom	-	912.658
UGC Brasil	1.126.487	-
UGC Latam – Argentina	160.355	-
	1.286.842	1.208.879

UGC Brasil

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos *inputs* utilizados na técnica de avaliação vide nota 4.11

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em negócios relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	UGC Brasil
Taxa de crescimento estimado para receita líquida 2023	27%
Taxa de crescimento g (perpetuidade) - %	3,00%
Valor recuperável	1.971.182
WACC	14,8%

A taxa de desconto foi estimada utilizando o retorno médio livre de risco (Rf). Foi considerado o retorno médio dos últimos 365 dias anteriores à data-base do trabalho dos títulos de renda fixa do Tesouro Norte Americano *Treasury Bond* de 10 anos. Para o prêmio de risco do mercado acionário de longo prazo foi adotado o retorno médio acima da taxa do *Treasury Bond* proporcionado pelo investimento no mercado acionário norte-americano no período de 1928 a 2020.

Para quantificar o risco associado ao Brasil, foi considerado a média aritmética dos últimos 10 anos, anteriores à data-base, da taxa de rendimento do título brasileiro EMBI.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado para 2023 conforme orçamento aprovado pelo Conselho da administração e para os demais períodos foi levando em consideração os níveis de crescimento médio esperado, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos quatro anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos quatro anos.
- Custos e Despesas foram projetados considerando o custo variável com relação à receita líquida de 51% e 32%, respectivamente.
- Os fluxos de caixa estimados relacionados à reestruturação que é esperada para 2023 foram considerados no LAJIDA projetado.

Nenhum valor por redução do valor recuperável foi necessário ser reconhecido em 31 de dezembro de 2022.

UGC Latam - Argentina

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação vide nota 4.11

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em negócios relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	UGC Latam - Argentina
Taxa de crescimento estimado para receita líquida 2022	23%
Taxa de crescimento g (perpetuidade) - %	3,00%
Valor recuperável	220.543
WACC	14,9%

A taxa de desconto foi estimada utilizando o retorno médio livre de risco (Rf). Foi considerado o retorno médio dos últimos 365 dias anteriores à data-base do trabalho dos títulos de renda fixa do Tesouro Norte Americano *Treasury Bond* de 10 anos. Para o prêmio de risco do mercado acionário de longo prazo foi adotado o retorno médio acima da taxa do *Treasury Bond* proporcionado pelo investimento no mercado acionário norte-americano no período de 1928 a 2020.

Para quantificar o risco associado ao Brasil, foi considerado a média aritmética dos últimos 10 anos, anteriores à data-base, da taxa de rendimento do título brasileiro EMBI.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- Crescimento da receita foi projetado para 2023 conforme orçamento aprovado pelo Conselho da administração e para os demais períodos foi levando em consideração os níveis de crescimento médio esperado, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos quatro anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos quatro anos.
- Custos e Despesas foram projetados considerando o custo variável com relação à receita líquida de 61% e 26%, respectivamente.
- Os fluxos de caixa estimados relacionados à reestruturação que é esperada para 2023 foram considerados no LAJIDA projetado.

Nenhum valor por redução do valor recuperável foi necessário ser reconhecido em 31 de dezembro de 2022.

14 Arrendamento

A Companhia atua como arrendatária em contratos relacionados principalmente a imóveis (centros de distribuição, *darkstores* e unidades administrativas) e equipamentos (empilhadeiras, impressoras, coletores etc.). A Companhia reconhece o direito de uso e o arrendamento na data efetiva do contrato.

Os contratos de arrendamento têm duração entre 2 e 10 anos, com opção de renovação. A Companhia reconhece esses contratos no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento, de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

a. Direito de uso

	Centro de distribuição	Darkstore	Escritório administrativo	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	65.231	6.054	9.459	10.304	91.048
Adição	68.352	1.109	-	16.937	86.398
Baixas	(27.306)	(4.444)	(1.625)	(478)	(32.853)
Depreciação	(23.789)	(3.635)	(1.916)	(7.758)	(37.098)
Transferências	1.735	3.571	253	(5.559)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	84.223	2.655	6.171	13.446	106.495

	Centro de distribuição	Darkstore	Escritório administrativo	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	24.981	-	1.614	323	26.918
Combinação de negócios	12.180	-	712	1.047	13.939
Adições	47.253	10.782	8.557	12.094	78.686
Baixas	(7.598)	-	-	-	(7.598)
Depreciação	(11.585)	(4.728)	(1.424)	(3.160)	(20.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	65.231	6.054	9.459	10.304	91.048

b. Arrendamentos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Centro de distribuição	95.139	65.250
<i>Darkstore</i>	2.825	11.402
Escritório administrativo	6.462	9.463
Equipamentos	15.134	10.394
	119.560	96.509
Circulante	50.470	28.742
Não circulante	69.090	67.767
	119.560	96.509

Cronograma de pagamento

	Passivo não circulante
2024	26.448
2025	19.271
2026	14.794
2027	2.524
2028	1.621
2029	1.741
2030	1.871
2031	820
Total	69.090

c. Demonstrações do resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação		
Centro de distribuição	(23.789)	(11.585)
Darkstores	(3.635)	(4.728)
Escritório administrativo	(1.916)	(1.424)
Equipamentos	(7.758)	(3.160)
	(37.098)	(20.897)
Despesas financeiras		
Centro de distribuição	(4.892)	(4.110)
Darkstores	(572)	(303)
Escritório administrativo	(363)	(309)
Equipamentos	(1.746)	(1.029)
Baixa de contrato	33	
	(7.540)	(5.751)

d. Movimentação dos arrendamentos

	Centro de distribuição <i>Darkstore</i>		Escritório administrativo Equipamentos		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63.897	11.154	11.639	9.819	96.509
Adição/Renovação	68.351	1.109	-	16.939	86.399
Juros	4.892	539	363	1.746	7.540
Pagamentos de principal	(17.299)	(3.589)	(1.910)	(6.864)	(29.662)
Pagamento de juros	(5.661)	(539)	(363)	(1.746)	(8.309)
Baixa	(26.368)	(4.444)	(1.626)	(479)	(32.917)
Transferência	7.757	(1.276)	(1.656)	(4.825)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	95.569	2.954	6.447	14.590	119.560

	Centro de distribuição <i>Darkstore</i>		Escritório administrativo Equipamentos		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	29.599	-	1.781	357	31.737
Adição/Renovação	42.328	12.829	10.484	12.094	77.735
Juros	(8.574)	-	-	-	(8.574)
Pagamentos de principal	3.690	437	491	1.133	5.751
Pagamentos de juros	(12.306)	(1.675)	(1.307)	(3.589)	(18.877)
Baixa	(3.600)	(437)	(491)	(1.223)	(5.751)
Combinação de negócios	12.760	-	681	1.047	14.488
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63.897	11.154	11.639	9.819	96.509

A taxa incremental média de desconto utilizada para calcular o valor presente foi de 16,50% a.a. (7,44% em 2021) para os novos contratos. A taxa é avaliada a cada novo contrato baseado na situação da Companhia com os bancos que possui relacionamento no que tange à captação de recursos.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, se nas transações em que a taxa incremental é usada, a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, os saldos dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, seriam os apresentados na coluna “Ofício”:

Contas	31/12/2022		
	Registrado	Ofício	% variação
Passivo de arrendamento	(119.560)	(135.700)	14%
Direito de uso residual	106.495	106.495	-
Despesa financeira	(7.540)	(8.671)	15%
Despesa de depreciação	(37.098)	(41.550)	12%

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadoria dos clientes (i)	-	565	330.514	362.239
Outros fornecedores (ii)	237	3	98.126	34.764
	237	568	428.941	397.003

- (i) Valores referentes a compras de mercadorias dos clientes a pagar, de acordo com a nota explicativa 8 – Adiantamento a fornecedores.
- (ii) Valores referentes a fornecedores de outros produtos e serviços inerentes a operação da Companhia, como serviços de TI manutenção dos centros de distribuição, consultorias em geral etc.

16 Risco sacado à pagar

A Companhia apresentou valores devidos pela compra de bens ou serviços, relacionados a operações de *Reverse Factoring* (essas operações também podem ser conhecidas como “*forfait*”, “*confirming*” ou “risco sacado”, dependendo das características) na rubrica de 'Fornecedores Risco Sacado' porque considera que a natureza ou função do passivo financeiro não é diferente de outras contas a pagar e não requer uma apresentação separada no balanço patrimonial. Essas operações visam a antecipação por seus fornecedores de seus recebíveis e não ultrapassam 120 dias com uma taxa média de 1,40% a.m., paga pelo fornecedor. Não há nenhum custo financeiro para a Companhia sobre tal transação.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R\$ 49.453(R\$ 51.885 em 31 de dezembro de 2021).

17 Impostos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS DIFAL a pagar (i)	-	-	162.149	59.857
ICMS Parcelamento	-	-	677	4.610
Impostos Mexico	-	-	60	-
Impostos Argentina	-	-	16.923	4.671
ISS a recolher	-	-	1.323	1.037
Outros impostos a recolher	1.044	585	17.763	28.488
	1.044	585	198.695	98.663
Circulante	1.044	585	36.400	37.720
Não circulante	-	-	162.295	60.943
	1.044	585	198.695	98.663

- (i) Valores relacionados ao ICMS DIFAL, que são pagos via depósito judicial R\$ 159.213, nota 20.1, e parcela correspondente aos valores que ainda não foram recolhidos (corrente) R\$ 2.936.

18 Empréstimos e financiamentos

a. Composição do saldo de empréstimos e financiamentos por emissão

	Remuneração	Valor face	Maturidade	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos em moeda estrangeira (i)	Euro + 2%	100.475	2023	-	-	105.960	-
Empréstimos em moeda nacional (ii)	2,92% a.a	9.200	2023-2024	-	-	25.095	18.388
Notas Comerciais Escriturais (iii)	CDI + 2,44% a.a	100.000	2024	99.661	-	99.661	-
Risco sacado (iv)				-	-	28.539	-
				99.661	-	259.255	18.388
Circulante				99.661	-	257.093	13.112
Não circulante				-	-	2.162	5.276
				99.661	-	259.255	18.388

- (i) Em 25 de março de 2022, a Companhia realizou operação de Empréstimo – 4131, no montante de R\$ 71.820, equivalente a € 13.500 mil (Euros). Na mesma data, também foi contratado um derivativo de SWAP para proteção da exposição da moeda. Com isso, a remuneração equivale a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDIs, acrescida de uma sobretaxa de 2,25% a.a., com prazo de pagamento de um ano. Os pagamentos de juros serão trimestrais e a amortização do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.
- Em 28 de abril de 2022, a Companhia realizou operação de Empréstimo – 4131, no montante de R\$ 28.655, equivalente a € 5.500 mil (Euros). Na mesma data, também foi contratado um derivativo de SWAP para proteção da exposição da moeda. Com isso, a remuneração equivale a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDIs, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% a.a., com prazo de pagamento de um ano. Os pagamentos de juros serão trimestrais e a amortização do principal ocorrerá na data de vencimento. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro.
- (ii) Os empréstimos financeiros - 4131 estão condicionados ao cumprimento de *covenants* financeiros e não financeiros.
- (iii) A avaliação dos *covenants* é realizada anualmente, e os índices de desempenho são os mesmos relacionados às debêntures, vide nota 19 a seguir.
- (iv) Em 16 de julho de 2021, captação de empréstimo nacional com garantia, remunerado através de uma taxa pré-fixada de 2,92% a.a., para reforço de caixa da subsidiária Tatix Comércio e Participações Ltda, com prazo de vencimento em 2024.
- (v) Em 21 de junho de 2022, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 100.000 (cem mil) notas comerciais escriturais no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 2,44% a.a., com amortização ao final (carência de amortização de principal de 18 meses) e juros pagos semestralmente, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução CVM nº476/2009. O prazo de vencimento das notas comerciais escriturais é de 2 anos contados da data de emissão, e os recursos captados foram destinados à quitação de dívidas existentes da Companhia, bem como para capital de giro e investimentos da Companhia. Este empréstimo está condicionado ao cumprimento de *covenants* financeiros e não financeiros. A avaliação dos *covenants* é realizada anualmente, e os índices de desempenho são os mesmos relacionados às debêntures, vide note 19 a seguir.
- (vi) Referem-se a operação de transferência de título de fornecedores junto ao banco com postergação do prazo de vencimento desses títulos. A dívida com o fornecedor é quitada e a Companhia uma nova dívida com o banco.

Cláusula restritiva (*covenants*)

Os contratos acima mencionados nos itens (i) e (iii) com o Banco do Brasil e Banco ABC possuem cláusulas restritivas (*covenant financeiro*) estabelecendo que a Companhia não pode exceder 2,5 vezes o quociente encontrado da divisão da dívida líquida pelo EBITDA, conforme cláusula VI do contrato firmado com o banco ABC e cláusula VIII do contrato firmado com o Banco do Brasil. Caso contrário, as dívidas devem ser liquidadas no primeiro vencimento ou os bancos podem exigir a liquidação antecipada. O Grupo ultrapassou o limite estabelecido para o indicador em questão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, o saldo da dívida do banco ABC foi reclassificado para o curto prazo, no montante de R\$ 99.661, sendo que a dívida do Banco do Brasil já estava com vencimento no curto prazo. Contudo, em fevereiro de 2023, após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo obteve o *waiver* dos referidos bancos, anuindo a Companhia com a não execução dos testes de cumprimento do limite em dezembro de 2022, ou seja, não exigindo, então, a liquidação antecipada das dívidas. Portanto, em fevereiro de 2023, a Companhia reclassificará de volta para o passivo não circulante o montante referente a dívida do banco ABC. Veja nota 33 (c) – Eventos Subsequentes.

b. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Controladora
Captação	200.000
Adição – custo de emissão	(885)
Pagamento principal	(105.662)
Custo de emissão	355
Juros provisionados	8.553
Juros pagos	(7.914)
Variação Cambial	5.214
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>99.661</u>
	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>71.909</u>
Captação	31.000
Adição por combinação de negócio	24.506
Pagamento principal	(113.989)
Juros provisionados	11.163
Juros pagos	(6.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>18.388</u>
Captação	327.841
Adição – custo de emissão	(885)
Adição por combinação de negócio	2.062
Risco sacado (i)	145.464
Pagamento principal	(126.935)
Pagamento de risco sacado	(116.925)
Custo de emissão	355
Juros provisionados	15.064
Juros pagos	(19.813)
Variação cambial	14.927
Outros	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>259.255</u>

(i) Movimentação de transação de risco sacado, sem efeito caixa.

As informações relacionadas a exposição da Companhia a taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez está incluída na nota explicativa 28.

Período de amortização

O cronograma para o pagamento das parcelas de empréstimos e financiamentos é demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2022</u>	
		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Vencimento	Total	%	Total	%	
em até um ano	99.661	100,0%	257.093	99,2%	
Total passivo Circulante	99.661	100,0%	257.093	99,2%	
um a dois anos	-	0,0%	2.162	0,8%	
Total passivo não circulante	-	0,0%	2.162	0,8%	
	99.661	100,0%	259.255	100,0%	

19 Debêntures

a. Composição do saldo de debêntures por emissão

Composição do saldo de debêntures por emissão

	Remuneração	Emissão	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
IFC 1ª emissão debêntures série única (i)	CDI + 2,55% a.a.	11/11/2021	11/11/2026	253.042	249.795
Total				253.042	249.795
Passivo circulante				23.394	2.276
Passivo não circulante				229.648	247.519
				253.042	249.795

- (i) Em 11 de novembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única. Foram emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remuneradas através de CDI + 2,55% a.a., com amortização percentual a partir de novembro/23 e juros trimestrais, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. Com prazo de vencimento de cinco anos, sendo dois anos de carência, contados da data de Emissão, e os recursos captados foram destinados para reforço de caixa e usos gerais pela Companhia.

b. Movimentação

	Controladora /Consolidado-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	
Captação	250.000
Custos de transação	(3.258)
Juros provisionados	3.053
Saldo em 31 de dezembro de 2021	249.795
Custos de emissão	1.269
Juros provisionados	36.066
Pagamento de juros	(34.376)
Outros	288
Saldo em 31 de dezembro de 2022	253.042

c. Índices de desempenho compromissados (cláusulas restritivas – covenants)

As debêntures emitidas possuem cláusulas restritivas (*covenants*), incluindo *covenants* financeiros e não financeiros, sendo que os financeiros requerem a manutenção de índices financeiros os quais são apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 2,5x em 2022, 2,0x em 2023 e 1,75x de 2024 em diante.

Para 31 de dezembro de 2022, a Companhia ultrapassou o limite estabelecido para o indicador financeiro em questão. Entretanto, a Companhia obteve um *waiver* em 2022 junto ao Banco Itaú, o qual a instituição renunciou o vencimento antecipado da dívida, anuindo a Companhia do cálculo do indicador financeiro supracitado até o período de 31 de dezembro de 2023. Portanto, não houve vencimento antecipado da operação e nenhum impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

d. Cronograma de amortização

	31/12/2022	
	Consolidado	
Vencimento	Total	%
Em até um ano	23.394	9,2
Total passivo circulante	23.394	9,2
Um a dois anos	76.392	30,2
Dois a três anos	76.541	30,3
Três a quatro anos	76.715	30,3
Quatro a cinco anos	-	-
Total passivo não circulante	229.648	90,8
	253.042	100,0

O pagamento do saldo principal e de juros das debêntures ocorre trimestralmente com possibilidade de antecipação por parte da Companhia, sendo que o principal tem início em novembro de 2023 e juros com início em fevereiro 2022.

20 Provisões para contingências

A Companhia realiza uma avaliação recorrente dos riscos envolvidos em processos trabalhistas, tributários e cíveis que se realizam no curso de suas atividades. Esta avaliação é realizada com base nas informações disponíveis e nos fatores de risco presentes em cada processo, amparado pelo parecer da assessoria jurídica da Companhia.

A avaliação e classificação da probabilidade de perda entre provável, possível e remoto, realizadas com base neste trabalho, determina os casos para os quais as reservas podem ser constituídas, e somente contingências classificadas como prováveis serão atribuídas reservas, em valores considerados necessários para cobrir quaisquer despesas que possam ser incorridas decorrentes do resultado do referido processo.

Controladora

	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>73.891</u>	<u>73.891</u>
Baixas	<u>(4.111)</u>	<u>(4.111)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>69.780</u></u>	<u><u>69.780</u></u>

Consolidado

	Civil	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>4.905</u>	<u>69.621</u>	<u>5.285</u>	<u>79.811</u>
Adições	2.453	371	5.342	8.166
Pagamentos	(9)	(1)	(37)	(47)
Baixas	<u>(6.124)</u>	<u>(9)</u>	<u>(2.071)</u>	<u>(8.204)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>1.225</u></u>	<u><u>69.982</u></u>	<u><u>8.519</u></u>	<u><u>79.726</u></u>

	Civil	Tributário	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>639</u>	<u>728</u>	<u>6.009</u>	<u>7.376</u>
Adições	5.426	-	462	5.888
Combinação de negócios	-	69.780	-	69.780
Pagamentos	(164)	-	(464)	(628)
Baixas	<u>(996)</u>	<u>(887)</u>	<u>(722)</u>	<u>(2.605)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u><u>4.905</u></u>	<u><u>69.621</u></u>	<u><u>5.285</u></u>	<u><u>79.811</u></u>

A Companhia calcula a provisão de contingência relacionada a impostos associados ao risco trabalhista.

A Companhia possui, de forma consolidada, ações tributárias, cíveis e trabalhistas, com risco de perda classificado pela Administração como possível com base na avaliação de seu advogado, nos valores de R\$ 11.441 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.471 em 31 de dezembro de 2021).

20.1 Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Recolhimento judicial de ICMS DIFAL (i)	159.213	66.563
Demais depósitos	10.421	216
	169.634	66.779

- (i) A Companhia recolhe o ICMS DIFAL via depósito judicial, devido os processos fiscais que a mesma possui junto aos governos estaduais para definir a exigibilidade do imposto. Este saldo tem sua contrapartida na rubrica Impostos a pagar na nota 17.

21 Contas a pagar de combinação de negócios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (Revisado)	31/12/2022	31/12/2021 (Revisado)
Pier 8	-	-	14.970	17.000
New Retail	8.922	33.468	8.922	33.468
Tatix	-	-	11.532	10.261
Summa e Sigurd	-	-	15.287	24.645
Synapcom	101.980	211.693	101.980	211.693
Tevec	-	-	24.532	-
Brandlive Colômbia	-	-	13.548	-
	110.902	245.161	190.771	297.067
Circulante	46.813	245.161	91.456	286.440
Não circulante	64.089	-	99.315	10.627
	110.902	245.161	190.771	297.067

a. Movimento do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	245.161	297.067
Adição por combinação de negócios	1.153	40.411
Adição/exclusão pós combinação de negócios	-	863
Transferência de saldo de remuneração pós-combinação	4.011	4.011
Remuneração pós-combinação	4.911	20.727
Ajuste a valor presente	-	2.034
Atualização monetária	29.022	30.696
Varição cambial	(5.208)	(4.171)
Pagamentos	(168.148)	(200.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	110.902	190.771

	Controladora Revisado	Consolidado Revisado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>28.964</u>	<u>28.964</u>
Adição	853.464	983.853
Remuneração pós-combinação	-	7.523
Atualização monetária	-	853
Ajuste a valor presente	-	451
Variação cambial	(1.364)	(1.364)
Pagamentos	<u>(635.903)</u>	<u>(723.213)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>245.161</u>	<u>297.067</u>

b. Cronograma de amortização

		<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2022</u>	
		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Vencimento	Total	%	Total	%
	em até um ano	<u>46.813</u>	<u>42,2</u>	<u>91.456</u>	<u>47,9</u>
Total passivo circulante		<u>46.813</u>	<u>42,2</u>	<u>91.456</u>	<u>47,9</u>
	um a três anos	64.089	57,8	91.941	48,2
	três anos a cinco anos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.374</u>	<u>3,9</u>
Total passivo não circulante		<u>64.089</u>	<u>57,8</u>	<u>99.315</u>	<u>52,1</u>
		<u>110.902</u>	<u>100,0</u>	<u>190.771</u>	<u>100,0</u>

22 Outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
ICMS reembolsável ao fornecedor (nota 9)	-	-	28.577	22.685
Adiantamentos	1.227	1.442	1.261	18.685
Aluguéis	-	-	8.705	2.018
Outras contas a pagar	<u>-</u>	<u>1.246</u>	<u>6.702</u>	<u>3.182</u>
	<u>1.227</u>	<u>2.688</u>	<u>45.245</u>	<u>46.570</u>
Circulante	1.227	1.848	10.322	1.578
Não circulante	<u>-</u>	<u>840</u>	<u>34.923</u>	<u>44.992</u>
	<u>1.227</u>	<u>2.688</u>	<u>45.245</u>	<u>46.570</u>

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

Acionista	Ações ordinárias	%
Engandin Investments	29.160.026	8,0%
Flybridge	27.630.536	7,6%
Transcosmos	27.349.585	7,4%
IGVentures	23.642.101	6,5%
Arrow Street	20.571.162	5,6%
Kai Philipp Schoppen	10.866.416	3%
E.Bricks	4.223.049	1,2%
Outros	222.086.859	60,7%
Total	365.529.734	100,0%

Abaixo a movimentação das ações:

	<u>Quantidade de ações</u>		
	<u>31/12/2021</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2022</u>
Acionistas	<u>278.256.540</u>	<u>87.273.194</u>	<u>365.529.734</u>
Total	<u>278.256.540</u>	<u>87.273.194</u>	<u>365.529.734</u>

Movimentação

- (a) Aumento de capital feito em 3 etapas, sendo a primeira com a emissão de 236.784 novas ações, a segunda de 3.143.148 novas ações e a terceira de 302.080 novas ações, conforme detalhado a seguir:
- Em 24 de janeiro de 2022, foi aprovado: (i) o aumento de capital social da Companhia em razão do exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2021; e (ii) o aumento de capital social da Companhia em razão do exercício do bônus de subscrição emitido pela Companhia no âmbito da operação de incorporação, pela Companhia, das ações de emissão da Synapcom Comércio, conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de novembro de 2021. Foram emitidas 236.784 novas ações ordinárias, no montante total de R\$ 272, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.381.183, dividido em 278.256.540 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.381.455, dividido em 278.493.324 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
 - Em 23 de fevereiro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em razão do exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2021. Foram emitidas 3.143.148 novas ações ordinárias, no montante total de R\$ 4.968, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.381.455, dividido em 278.493.324 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.385.730, dividido em 281.636.472 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- Em 20 de junho de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em razão do exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2021. Foram emitidas 302.080 novas ações ordinárias, no montante total de R\$ 411, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.385.730, dividido em 281.636.472 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.386.141, dividido em 281.938.552 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (b) Outros aumentos de capital
- Em 04 de outubro de 2022, foi aprovada a homologação total do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, para subscrição privada, tendo sido efetivamente subscritas e integralizadas 80.000.000 ações ordinárias da Companhia, totalizando R\$ 400.800, sendo que (i) R\$ 150.000 foi destinado à conta de reserva de capital; e (ii) o restante do valor, no montante de R\$ 250.800 foi destinado à conta de capital social da Companhia. Em decorrência da homologação do aumento de capital, o capital social da Companhia passou de R\$ 1.386.141, dividido em 281.938.552 ações, para R\$ 1.636.941, representado por 361.938.552 ações.
 - Em 10 de outubro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em razão do exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de fevereiro de 2021. Foram emitidas 2.614.863 novas ações ordinárias, no montante total de R\$ 3.307, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.636.941, dividido em 361.938.552 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 1.640.248, dividido em 364.553.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
 - Em 15 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício dos bônus de subscrição emitidos pela Companhia no âmbito da operação de incorporação, pela Companhia, das ações de emissão da Synapcom Comércio, conforme aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de novembro de 2021. Foram emitidas 976.319 novas ações ordinárias, no montante total de R\$ 5, passando o capital social da Companhia de R\$ 1.640.248, dividido em 364.553.415 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 1.640.253, dividido em 365.529.734 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
 - Os gastos com a referida emissão de ações, que só ocorreram em 2021, totalizaram R\$ 47.699 e foram registrados como redutor do capital social em 2021. Com isso, o valor do capital social da Companhia é de R\$ 1.593.544. Os custos com transação incorridos na captação de recursos próprios são contabilizados em conta específica redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais, o que só ocorreu em 2021.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

No período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou a movimentação na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante negativo de R\$ 706 (R\$ 506 negativo em 31 de dezembro de 2021), relacionado aos ajustes de conversão dos investimentos em moeda estrangeira.

24 Receita líquida

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados – Brasil	1.189.979	499.432
Serviços prestados – América Latina	218.589	123.657
	1.408.568	623.089
Impostos – Brasil	(479.014)	(185.278)
Impostos – América Latina	(38.253)	(15.251)
Total de impostos	(517.267)	(200.529)
Total de receita líquida – receita de contrato com clientes	891.301	422.560
Desagregação da receita:		
(em um determinado momento – <i>at a point in time</i>):		
Receita de serviços relacionadas a venda dos produtos dos clientes	878.692	418.162
(ao longo do tempo - <i>overtime</i>):		
Receita com outros serviços	12.609	4.398
Total	891.301	422.560

25 Custo dos serviços prestados e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários, encargos sociais e férias	(19.112)	(9.222)	(385.984)	(190.249)
Frete	-	-	(205.439)	(67.401)
Serviço de suporte a plataforma	-	-	(46.731)	(40.009)
Serviço de informática	(36)	-	(43.846)	(32.288)
Depreciação e amortização	(45.798)	-	(104.105)	(24.389)
Depreciação de direitos de uso	-	-	(37.098)	(20.897)
Remuneração da administração - Aquisições (nota 21)	(4.911)	(4.011)	(20.727)	(7.523)
Programa de opção de ações (nota 31)	(2.060)	(1.820)	(2.060)	(1.820)
Embalagens	-	-	(2.663)	(9.829)
Serviços de terceiros	(6.488)	(1.233)	(130.523)	(69.813)
Aluguéis e condomínios	-	-	(4.173)	(3.770)
Despesas de contingências	-	-	(9.129)	(1.076)
Provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	-	-	(757)	(1.493)
Reavaliação de combinação de negócios	-	18.624	8.870	18.624
Outras despesas	(1.213)	-	(3.644)	(4.669)
Outras receitas	1.674	(622)	12.328	5.144
	(77.944)	1.716	(975.680)	(451.458)
Custo dos serviços prestados	-	-	(512.426)	(217.553)
Despesas comerciais	(103)	(254)	(27.782)	(33.299)
Despesas administrativas	(77.841)	(16.655)	(447.621)	(215.669)
Outras receitas operacionais	-	18.625	15.792	15.598
Outras despesas operacionais	-	-	(3.644)	(535)
	(77.944)	1.716	(975.681)	(451.458)

26 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre arrendamentos (nota 14)	-	-	(7.540)	(5.751)
Juros sobre empréstimos (nota 18)	(8.553)	-	(15.064)	(11.163)
Juros sobre debêntures (nota 19)	(36.066)	(3.052)	(36.066)	(3.052)
Multas	(62)	(5)	(455)	(1.042)
IOF	(617)	(326)	(1.468)	(610)
Despesas bancárias	(3.980)	(284)	(7.260)	(1.888)
Descontos concedidos	-	-	(707)	(4.252)
Taxa de antecipação de recebíveis	-	-	(86.639)	(1.736)
Atualização monetária	(29.022)	(2.703)	(17.562)	(4.681)
Ajuste a valor presente	-	-	(2.828)	(282)
Custo de transação	(1.686)	-	(1.686)	-
Despesa de variação cambial	(9.551)	(546)	(26.515)	(1.364)
Outras despesas financeiras	-	(493)	(15.979)	(3.915)
	(89.538)	(7.409)	(219.769)	(39.736)
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	2.988	1.197
Receita com aplicações financeiras	10.817	13.467	15.328	24.976
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	853
Receita de variação cambial	9.558	-	17.402	-
Outras receitas financeiras	3.070	-	5.025	3.636
	23.445	13.467	40.743	30.662
Resultado financeiro líquido	(66.093)	6.058	(179.026)	(9.074)

27 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculadas nas alíquotas previstas na legislação tributária de cada uma das empresas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes de imposto e contribuição social	(265.828)	(39.883)	(263.406)	(37.398)
Imposto de renda e contribuição social a taxa de 25% e 9%, respectivamente	90.382	13.560	89.558	12.715
Efeito do imposto em:				
Despesas não dedutíveis e permanentes	-	-	(3.769)	(250)
Prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(48.084)	(2.874)	(91.620)	(20.650)
Resultado de equivalência patrimonial	(41.409)	(16.203)	-	195
Receitas não dedutíveis e diferenças permanentes	-	6.332	3.694	6.332
Compensação com prejuízo fiscal de exercícios anteriores	-	-	-	38
FIDC - Isenção Fiscal (i)	-	-	124	11
Efeitos de alíquotas fiscais de controladas no exterior (ii)	-	-	457	(144)
Outras adições e exclusões permanentes	-	-	23	83
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	889	815	(1.533)	(1.670)
Corrente	-	-	(2.562)	(1.670)
Diferido	889	815	1.029	-
	889	815	(1.533)	(1.670)

(i) Os FIDC's são isentos dos pagamentos dos tributos de IRPJ/CSLL.

(ii) Alíquotas fiscais vigentes nos fiscos locais de 30%.

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

	31/12/2021	Ativos fiscais diferidos não reconhecidos no resultado	31/12/2022
Prejuízo fiscal acumulado	58.085	68.974	127.059
(-) Parcela não reconhecida	<u>(58.085)</u>	<u>(68.974)</u>	<u>(127.059)</u>
Ativo fiscal diferido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

A Companhia se encontra em um estágio de constante crescimento, demandando uma série de investimentos necessários para sustentar esse perfil, o que acreditamos poder comprometer a geração de lucro no curto prazo. Nesse sentido, nos últimos anos, a Companhia privilegiou a criação de bases que entende serem necessárias para tal crescimento, visando obter resultados positivos por meio da realização de lucros tributáveis futuramente. No entanto, mesmo nesse cenário, a Companhia entende não ter atingido ainda todos os requerimentos do CPC 32 / IAS 12 para reconhecimento dos impostos diferidos ativos.

28 Instrumentos financeiros

A Companhia tem operações de instrumentos financeiros. Esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias operacionais e controles internos com o objetivo de garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no monitoramento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não faz investimentos especulativos em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. Os resultados obtidos com essas operações são consistentes com as políticas e estratégias definidas pela gestão da Companhia.

A Companhia possui uma *put option* oriunda do contrato de compra no valor de R\$ 72.262. Esse instrumento foi calculado utilizando as premissas apresentadas na nota explicativa 11 - Investimentos e provisão para passivo a descoberto e fez parte da combinação de negócios da New Retail.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, sobre cada um dos riscos acima e processos de medição e gestão de riscos.

		<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2022</u>	<u>(Revisado)</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Categorias de instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	278.896	278.896	120.934	120.934
Aplicações financeiras	VJR	14.223	14.223	89.108	89.108
Contas a receber	Custo Amortizado	431.452	431.452	382.810	382.810
Adiantamentos de fornecedores	Custo Amortizado	141.186	141.186	88.178	88.178
Outros ativos financeiros	VJR	-	-	1.477	1.477
Outras contas a receber	Custo Amortizado	<u>75.343</u>	<u>75.343</u>	<u>120.398</u>	<u>120.398</u>
Total		<u><u>941.100</u></u>	<u><u>941.100</u></u>	<u><u>802.905</u></u>	<u><u>802.905</u></u>

Categorias de instrumentos financeiros		<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
		<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	<u>(Revisado)</u>
Empréstimos e financiamentos	Outros Passivos Financeiros	259.255	259.255	18.388	18.388
Debêntures	Outros Passivos Financeiros	253.042	253.042	249.795	249.795
Fornecedores	Outros Passivos Financeiros	428.941	428.941	397.003	397.003
Risco sacado a pagar	Outros Passivos Financeiros	49.453	49.453	51.885	51.885
Adiantamentos de clientes	Outros Passivos Financeiros	2.598	2.598	12.194	12.194
Arrendamentos	Financeiros	119.560	119.560	96.509	96.509
Instrumentos financeiros	VJR	73.056	73.056	68.284	68.284
Contas a pagar pela combinação de negócios	VJR	190.771	190.771	297.067	297.067
Outras contas a pagar	Outros Passivos Financeiros	45.245	45.245	46.570	46.570
Total		<u>1.421.921</u>	<u>1.421.921</u>	<u>1.237.695</u>	<u>1.237.695</u>

Cálculo do Valor Justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é medido ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo com base nas informações de menor nível que são significativas para a medição do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) nos mercados para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - Técnicas de avaliação para as quais o menor e significativo nível de informação para medir o valor justo direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa com desconto para medição.
- **Nível 3** - Técnicas de avaliação para as quais o menor e significativo nível de informação para medir o valor justo é inobservável.

A composição dos ativos e passivos da Companhia classificados a valor justo é demonstrada abaixo:

Categorias de instrumentos financeiros	Classificação	<u>Consolidado</u>		Nível
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	
Contas a pagar pela combinação de negócios (i)	VJR	190.771	297.067	2
Instrumentos financeiros – swap	VJR	794	-	3
Instrumentos financeiros – put option (ii)	VJR	72.262	68.284	3
Aplicações financeiras	VJR	14.223	89.108	2
Outros ativos financeiros	VJR	-	1.477	1
Total		<u>278.050</u>	<u>455.936</u>	

(i) A parcela que é classificada com valorização pelo valor justo se refere a parcela variável da combinação de negócios, conforme nota explicativa 21.

A avaliação da contraprestação contingente a pagar considera o valor presente do pagamento esperado, descontado por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando os cenários prováveis para previsão de receita e EBITDA, o valor a ser pago em cada cenário e a probabilidade de cada cenário. Os *inputs* significativos inobserváveis são a previsão para a taxa de crescimento anual da receita, a previsão para a margem EBITDA e a taxa de desconto ajustada ao risco de 13,02%. A Companhia efetuou uma análise para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 e não identificou alterações significativas.

(ii) Refere-se a valorização pelo valor justo da *put option* da combinação de negócios, conforme nota explicativa 11.

A mensuração da *put option* foi baseada na aplicação de um múltiplo estimado a ser aplicado sobre a receita líquida projetada da New Retail. Sobre o valor obtido, será aplicado um desconto do múltiplo de receita líquida da *put option*, que começa em 30% e decresce ao longo dos anos até o patamar de 20%. O desconto da *put option* pode variar em função de algumas variáveis, como crescimento da receita líquida e margem EBIT (ambos indicadores da New Retail). Já o múltiplo pode variar em função da variação do preço da ação e do *valuation* da Companhia.

Para o exercício de 2022 a Companhia efetuou a remensuração baseada na taxa de crescimento da receita da New Retail no percentual médio de 27%, o múltiplo base do contrato de compra e venda, o desconto máximo sobre o múltiplo e a taxa de desconto média de 13,45%. O valor remensurado está apresentado na nota explicativa 11.

Análise de sensibilidade – Valor justo – Nível 3

Para os valores justos da contraprestação contingente, mudanças razoavelmente possíveis na data de relatórios relacionadas às métricas de *earn-out*, mantendo outros insumos constantes, teriam e aumentariam o efeito de R\$ 732 ou um efeito de diminuição de R\$ 954.

Para o valor justo da *put option*, mudanças razoavelmente possíveis na data de relatórios relacionadas às métricas e premissas utilizadas, mantendo outros insumos constantes, dariam um efeito de aumento de R\$ 2.478 ou um efeito de diminuição de R\$ 3.524.

Gerenciamento de capital de risco

Os objetivos da Companhia por meio da gestão de capital são salvaguardar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos, a fim de oferecer retorno aos acionistas e benefícios da Companhia as demais partes relacionadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo e maximizar seus fundos.

A estrutura de capital da Companhia compreende em passivos financeiros e caixa e equivalentes de caixa. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital, bem como monitora, em tempo hábil, o prazo médio de pagamento em relação ao prazo médio de recebimento, tomando ações imediatas para gerir o capital de giro.

Risco de liquidez

A Gestão Financeira da Companhia tem a responsabilidade pela gestão do risco de liquidez e prepara um modelo adequado de gestão de riscos de liquidez para gerenciar os financiamentos e a gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa estimados e reais, a combinação dos perfis de vencimento dos ativos financeiros e passivos e a manutenção de um relacionamento próximo com as instituições financeiras, com divulgação regular de informações para apoiar decisões de crédito quando são necessários fundos externos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações relacionadas:

	Consolidado				Total
	Saldo contábil 31/12/2022	<1 ano	1-3 anos	>3 anos	
Empréstimos e financiamentos	259.255	287.944	2.956	-	290.900
Debêntures	253.042	26.903	159.382	212.559	398.845
Fornecedores	428.941	428.941	-	-	428.941
Risco sacado a pagar	49.453	49.453	-	-	49.453
Arrendamento	119.560	50.470	75.655	14.408	140.533
Adiantamento de clientes	2.598	2.598	-	-	2.598
Contas a pagar pela combinação de negócios	190.771	91.456	108.650	-	200.106
Outras contas a pagar	45.245	10.322	39.463	-	49.785
	<u>1.348.865</u>	<u>948.087</u>	<u>386.106</u>	<u>226.968</u>	<u>1.561.161</u>

Outros riscos financeiros

Outros riscos financeiros decorrentes de instrumentos financeiros são os seguintes:

- **Risco de crédito:** Risco de prejuízo financeiro para a Companhia se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais, e decorre principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia. Os saldos de contas a receber são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito do cliente, com a maioria das contas a receber recolhidas após o processamento de transações com cartão de crédito. Caixa e equivalentes de caixa são colocados em instituições financeiras e instrumentos financeiros que a Administração acredita serem de alta qualidade de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao crédito.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa exposto a um risco de crédito é de R\$ 278.896 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 120.934 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de contas de clientes expostos a um risco de crédito é de R\$ 164.472 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 346.630 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha registrado um valor de R\$ 3.445 de PECLD referentes as transações do FIDC e pelas demais prestações de serviços, visto que não possuem esse risco para as demais operações da Companhia e, portanto, não havia reconhecido uma perda de crédito esperada para os ativos financeiros, considerando que a taxa de perda histórica é insignificante e não se espera inadimplência financeira significativa.

Embora a Companhia apresente contas a receber segregadas entre "contas a receber de operadoras de cartão de crédito" e "contas a receber dos clientes" como mostra a nota 7, a maior parcela dos recebíveis dos clientes não são expostos a risco considerando que a Companhia tem o direito contratual de liquidá-lo com o valor do Fornecedor que a Companhia tem a pagar, ou não repassar os valores recebidos das operadoras de cartão de crédito (GMV) quando aplicável. No final do dia, a maior parte do modelo de negócio da Companhia é projetado para não ter um impacto negativo no capital de giro.

- **Risco de taxa de juros:** a Companhia está exposta a mudanças nas taxas de juros do "Certificado de Depósito Interbancário (CDI)", relativo a aplicações financeiras e empréstimos em reais, para os quais é realizada uma análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração realizou uma análise de sensibilidade, considerando um cenário provável de variação da taxa do juros, devido aos desvios incertos observados nos últimos períodos culminou em variações que chegariam a 30% do valor atual, para avaliarmos a sensibilidade anterior ao máximo nos baseamos na metade do valor total, chegando em 15%. O cenário provável das taxas de juros foi medidos utilizando-se as taxas de juros futuras, considerando uma taxa básica do CDI de 13,65% com base na curva futura de juros (fonte B3).

Os efeitos esperados das receitas provenientes de depósitos bancários que auferem juros, líquidos de despesas financeiras de empréstimos e financiamentos para os próximos três meses são os seguintes:

Consolidado							
	31/12/2022	Risco	Cenário I – Provável	Cenário II – Aumento de 15%	Cenário III – Aumento de 30%	Cenário II – Redução de 15%	Cenário III – Redução de 30%
Aplicação financeira	14.223	Redução	1.941	2.233	2.524	1.650	1.359
Empréstimos e financiamentos (i)	259.255	Aumento	(45.759)	(51.067)	(56.375)	(40.450)	(35.142)
Debêntures	253.042	Aumento	(34.540)	(39.721)	(44.902)	(29.359)	(24.178)
Impacto no resultado	<u>526.520</u>		<u>(78.357)</u>	<u>(88.555)</u>	<u>(98.753)</u>	<u>(68.159)</u>	<u>(57.961)</u>

- (i) Empréstimos e financiamentos classificados ao custo amortizado.

Risco de moeda

O risco decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia especialmente no contrato de aquisição da *New Retail* e da *Summa e Sigurd*.

A Companhia apresentou um total de R\$ 22.265 referente a compra da *Summa e Brandlive Colombia* (dólar) e empréstimos em moeda estrangeira (euro) de R\$ 98.513, no final do período de dezembro de 2022.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável com base no relatório do Banco Itaú, sobre o cenário global, divulgado no dia 06 de outubro de 2022. Definimos o cenário provável com a cotação do dólar R\$ 5,40 e o euro em 5,80, ambas variando no cenário II e III com um aumento/redução de R\$ 0,30 e R\$ 0,80.

Análise de sensibilidade – moeda	31/12/2022	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II – Aumento	Cenário III – Aumento	Cenário II - Redução	Cenário III - Redução
Contas a pagar de combinação de negócios	22.265	Aumento	285	(936)	(2.971)	1.506	3.571
Empréstimos em moeda estrangeira	98.513	Aumento	1.261	(4.142)	(13.147)	6.664	15.668
Impacto no resultado			<u>1.546</u>	<u>(5.078)</u>	<u>(16.118)</u>	<u>8.170</u>	<u>19.210</u>

29 Partes relacionadas

a. Controladora

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante		
Armazéns Gerais	26	-
InfracommerceNegócios	164.587	-
Infracommerce México	5.044	1.681
Inframedia	4.303	860
Infrapay	13.000	3.000
Infrashop	94	-
Infravarejo	3.125	1.655
Pier 8	70	-
Synapcom Comercio	77.664	2.900
Synapcom Consultoria	152	-
Tatix	46	-
	268.111	10.096
Passivo		
Infracommerce	-	3.862
	-	3.862

Refere-se a mútuos entre as empresas do Grupo, firmados em moeda local, sendo que possuem uma taxa de juros entre 1% e 2% a.a. e o prazo dos contratos dos mútuos a receber são de 2 a 3 anos e os mútuos a pagar não tem um prazo definido em contrato, por esse motivo está alocado no passivo não circulante, sendo renovados automaticamente. A despesa de juros no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 719 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2021)

Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração da Administração foi de R\$ 20.547 (R\$ 11.436 em 31 de dezembro de 2021) registrado em despesas administrativas da Companhia, incluindo salários, remuneração variável, encargos sociais e benefícios diretos e indiretos.

	31/12/2022	31/12/2021
Salários	15.159	8.095
Benefícios de curto prazo	2.748	1.345
Benefícios de extinção do contrato	322	172
Remuneração variável	2.318	1.824
	20.547	11.436

Em 09 de abril de 2022, foi aprovado em assembleia Geral Ordinária (AGO) a remuneração anual global para os Administradores e Conselho de Administração da Companhia no exercício social de 2022, com limite anual de até R\$ 25.848. Além disso, também foi aprovada a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal.

30 Prejuízo por ação

A seguir demonstramos o detalhamento do cálculo do prejuízo por ação:

Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(264.939)	(39.068)	(264.939)	(39.068)
Total de ações ordinárias	<u>365.530</u>	<u>278.257</u>	<u>365.530</u>	<u>278.257</u>
Prejuízo (lucro) por ação básico	<u>(0,72481)</u>	<u>(0,14040)</u>	<u>(0,72481)</u>	<u>(0,14040)</u>

Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de compra de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de período da opção, além de bônus de subscrição conforme nota 11. Abaixo apresentamos o cálculo da diluição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(264.939)	(39.068)	(264.939)	(39.068)
Total de ações ordinárias	365.530	278.257	365.530	278.257
Bônus subscrição Synapcom (i)	705	1.681	705	1.681
Pagamento baseado em ações (ii)	<u>33.834</u>	<u>37.183</u>	<u>33.834</u>	<u>37.183</u>
Prejuízo (lucro) por ação diluído	<u>(0,66223)</u>	<u>(0,12320)</u>	<u>(0,66223)</u>	<u>(0,12320)</u>

- (i) Efeito do bônus de subscrição decorrente da compra da Synapcom, conforme nota explicativa 11 que prevê opção de ações a serem exercidas pelos ex-acionistas minoritários da Synapcom.
- (ii) Pagamento baseado em ações considerado como potencial diluidor do cálculo, referente a ações a serem emitidas, vide nota 31.

31 Pagamento baseado em ações

Em 2012, a Companhia estabeleceu um plano de opções de ações para seus executivos. O plano é gerido pelo Conselho de Administração da Companhia, observando os limites e diretrizes estabelecidos no plano.

O plano foi criado com os seguintes objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão empreendedora do negócio.

O plano inclui ações emitidas pela Companhia. Conforme estabelecido no plano, o preço de exercício das opções de ações não será inferior a 100% do preço de mercado na data de outorga. Qualquer exceção deve ser aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. A condição de *vesting* é baseada nos serviços prestados pelos executivos da Companhia.

O período de *vesting* durante o qual o beneficiário não poderá exercer a opção de ações respeitará as seguintes condições: (i) 25% do total das opções de ações concedidas só poderá ser exercido após o período de 12 meses de serviço contínuo e; (ii) 1/36 adicional das opções totais de ações pode ser exercida à medida que o beneficiário completar um mês adicional de serviços contínuos. Em alguns casos, o período de *vesting* é de 36 meses consecutivos.

Em 28 de abril de 2022 foi aprovado um novo plano de Stock Option, em que a outorga das opções de ações será feita de forma gradual, observado o limite máximo de 1% do capital social atual da Companhia ao ano (correspondentes a no máximo 2.816.364 ações ao ano). Desta forma, e considerando os períodos de *vesting* de, no mínimo, 4 anos e Cliff de 2 anos, a potencial diluição do Novo Plano na base acionária da Companhia ocorrerá gradualmente até 2030. Para o trimestre, não houve nenhum impacto.

O movimento das opções de ações durante o período até 31 de dezembro de 2022 é mostrado abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Números de opções	Média ponderada do preço de exercício	Números de opções	Média ponderada do preço de exercício
Saldos em 01 de janeiro de 2021	37.183	1.085	27.658	1.044
Exercidas durante o exercício	(3.349)	15	(13.305)	18,86
Canceladas durante o exercício	-	-	(198)	5,29
Emitidas durante o exercício	-	-	23.028	16,22
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.834	1.100	37.183	1.084
Exercíveis no exercício	6.760	3,91	2.333	10,09

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi reconhecido uma despesa de pagamento baseado em ações de R\$ 2.060 e R\$ 1.820, respectivamente, com o plano de opções de ações concedido aos executivos da Companhia. Não ocorreram novas outorgas no período de 31 de dezembro de 2022.

O valor justo das opções de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, já que não houve nova outorga no exercício findo em dezembro de 2022, foi calculado utilizando o modelo *Black & Scholes*, baseado nas seguintes premissas:

Data emissão	Opções emitidas	Preço médio ponderado	Valor justo da ação	Volatilidade	Taxa livre de risco
2021	23.028	R\$ 16,22	R\$ 9,61	15%	2,32%
2020	12.586	US\$ 426	US\$ 306	30%	2,57%
2019	6.756	US\$ 400	US\$ 199	51%	4,56%
2018	4.775	US\$ 309	US\$ 261	56%	2,24%

Vida da opção

O tempo de vida esperado pela Companhia representa o período durante o qual se acredita que as opções sejam exercidas e foi determinado com base no pressuposto de que os beneficiários exercerão suas opções de 2022 a 2025.

Taxa livre de Risco

Para 2020 a Companhia adotou como taxa de juros livre de riscos, a taxa equivalente aos títulos do Tesouro dos EUA disponíveis na data de cálculo e com vencimento equivalente ao da opção.

Para os planos outorgados em 2021 a Companhia utilizou a taxa de juros praticada no Brasil, tendo como base o CDI.

Volatilidade esperada

A volatilidade estimada levou em conta a ponderação do histórico de negociação de ações de empresas comparáveis.

32 Segmentos operacionais

As informações por segmento são utilizadas pela alta administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, depreciação e amortização (“*EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*”).

A partir do exercício de 2021 a Companhia começou a gerenciar suas atividades em dois principais segmentos de negócios operacionais, para diferenciação de seus serviços.

Infracommerce CXaaS S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021*

Apresentamos a seguir os resultados destas segmentações para o período findo em 31 de dezembro de 2022:

	<u>31/12/2022</u>		
	Brasil	LATAM	Total
Receita líquida	710.965	180.336	891.301
Custo dos serviços prestados	(392.857)	(119.569)	(512.426)
Lucro bruto	318.108	60.767	378.875
Despesas comerciais	(9.187)	(18.595)	(27.782)
Despesas administrativas	(403.978)	(43.643)	(447.621)
Outras receitas operacionais	(115)	15.909	15.793
Outras despesas operacionais	(3.644)	-	(3.644)
(Prejuízo) / lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(98.816)	14.437	(84.379)
Despesas financeiras	(219.351)	(418)	(219.769)
Receitas financeiras	35.816	4.927	40.743
Resultado financeiro líquido	(183.535)	4.509	(179.026)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	-	-	-
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(282.351)	18.946	(263.405)
Imposto corrente	-	(2.563)	(2.563)
Imposto diferido	1.029	-	1.029
Prejuízo (lucro) do exercício	(281.322)	16.383	(264.939)
Ativos	2.981.462	228.120	3.209.582
Passivos circulante e não circulante	1.505.351	260.887	1.766.238
			<u>31/12/2021</u>
		LATAM	Total
Receita operacional líquida	314.154	108.406	422.560
Custo dos serviços prestados	(162.007)	(55.546)	(217.553)
Lucro bruto	152.147	52.860	205.007
Despesas comerciais	(21.181)	(12.118)	(33.299)
Despesas administrativas	(179.378)	(36.291)	(215.669)
Outras receitas operacionais	15.598	-	15.598
Outras despesas operacionais	2.494	(3.029)	(535)
(Prejuízo) / lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(30.321)	1.423	(28.898)
Despesas financeiras	(36.005)	(3.731)	(39.736)
Receitas financeiras	26.584	4.078	30.662
Resultado financeiro líquido	(9.420)	346	(9.074)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	(1)	575	574
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(39.742)	2.344	(37.398)
Imposto corrente	(367)	(1.303)	(1.670)
(Prejuízo) lucro do exercício	(40.109)	1.041	(39.068)
Ativos	2.559.487	187.657	2.747.144
Passivos circulante e não circulante	1.338.256	122.839	1.461.095

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os dois maiores clientes da Companhia representavam em conjunto 37% e 36% da receita líquida, respectivamente.

Todos os demais clientes, se analisados individualmente, eram responsáveis por valores inferiores a 10% da receita líquida total da Companhia.

33 Eventos subsequentes

a. Celebração de contrato para incorporação da empresa Ecomsur

Em 09 de janeiro de 2023 a Companhia celebrou um contrato para a incorporação de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Ecomsur Holding S.A.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação da incorporação da Ecomsur pela Companhia em assembléia geral a ser oportunamente convocada.

A transação pretendida faz parte da estratégia adotada pela Companhia de crescimento no setor de *Full Commerce* na América Latina e é de alta complementariedade geográfica, uma vez que a Ecomsur atua fortemente no Chile e no México, países em que a Companhia ainda não é líder absoluta. Com a concretização da transação, a Companhia passará a liderar o setor de E-commerce em seu segmento de atuação, em todos os 8 países em que opera.

A Ecomsur conta hoje com mais de 400 funcionários e possui um sistema OMS/WMS próprio, atendendo mais de 70 clientes e operando de maneira integrada e escalável. Seu ecossistema de serviços digitais está direcionado para impulsionar a estratégia omnicanal e de *direct to consumer* de seus diversos clientes, com nomes como Samsung, Levi's, Phillips, Pandora e Hershey's.

A incorporação da Ecomsur será feita mediante a entrega de ações, sendo parte delas emitida pela Companhia (16,3 milhões de ações, representando participação societária inferior a 5% do capital social da Companhia) e a outra parte emitida pela New Retail Limited (representando participação minoritária de 20,5% da New Retail Limited), controlada da Companhia que concentra os ativos do grupo na América Latina.

Além da sinergia comercial imediata para expandir os serviços multi-país em sua base de clientes multinacionais, foram mapeadas sinergias de custos, preliminarmente, na ordem de R\$ 20.000, em base anualizada. Essas sinergias iniciais se concentram em redução de despesas de tecnologia, hospedagem, meios de pagamento, custos administrativos e de logística.

Posto que o preço por ação é inferior ao maior dos critérios previstos no inciso II do artigo 256 da Lei nº 6.404/1976, não haverá direito de retirada para os acionistas dissidentes da deliberação da AGE, nos termos do § 2º do referido artigo.

A Companhia manterá o mercado e seus acionistas oportuna e adequadamente informados sobre os fatos subsequentes à celebração do Contrato, nos termos da legislação aplicável.

b. 2ª emissão de Debêntures Simples no valor de R\$ 165.000

Em 27 de janeiro de 2023, a Companhia, em atendimento às disposições da Resolução nº 44 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 23 de agosto de 2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovada, nesta data, em reunião do Conselho de Administração, a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública da Companhia.

Serão emitidas 165.000 Debêntures, em duas séries, sendo 65.000 Debêntures na 1ª Série e 100.000 Debêntures na 2ª Série, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante total de R\$ 165.000, sendo: (i) R\$ 65.000 o valor total de Emissão das Debêntures da 1ª Série; e (ii) R\$ 100.000 o valor total de Emissão das Debêntures da 2ª Série. As Debêntures possuem prazo de vencimento de 48 meses contados da data de emissão, com amortização em parcelas trimestrais a partir do 24º mês contado da data de emissão.

As Debêntures fazem jus a uma remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 2,70% (dois inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e cinco) dias úteis.

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados conforme a seguir: (i) das Debêntures da 1ª Série serão utilizados para reforço de caixa da Companhia; e (ii) das Debêntures da 2ª Série serão utilizados para a liquidação das operações de Empréstimo Financeiro Direto (4131) mantidas junto ao Banco do Brasil S.A.

Em 24 de fevereiro de 2023, foi recebido em conta corrente o valor de R\$ 65.000.

c. Waiver pelo não cumprimento de cláusula restritiva (covenants financeiro)

O Grupo ultrapassou o limite estabelecido para indicadores financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo este um limite contratual restritivo (*covenant* financeiro) das dívidas junto ao banco ABC e Banco do Brasil, conforme divulgado na nota explicativa 18. Em fevereiro de 2023, a Companhia obteve *waiver* dos bancos para essa cláusula, anuindo com a não execução dos testes de cumprimento do limite em dezembro de 2022, e, portanto, não exigindo o vencimento antecipado da dívida. Então, em fevereiro de 2023, a Companhia reclassificou de volta a dívida junto ao banco ABC para o passivo não circulante, sem impacto de reclassificação para a dívida junto ao Banco do Brasil por esta já estar classificada no passivo circulante em decorrência do vencimento.

* * *

Diretoria executiva

Kai Schoppen
CEO

Fabio Bortolotti
CFO

Bruno Marques
Contador
CRC: SP-331607/O-1